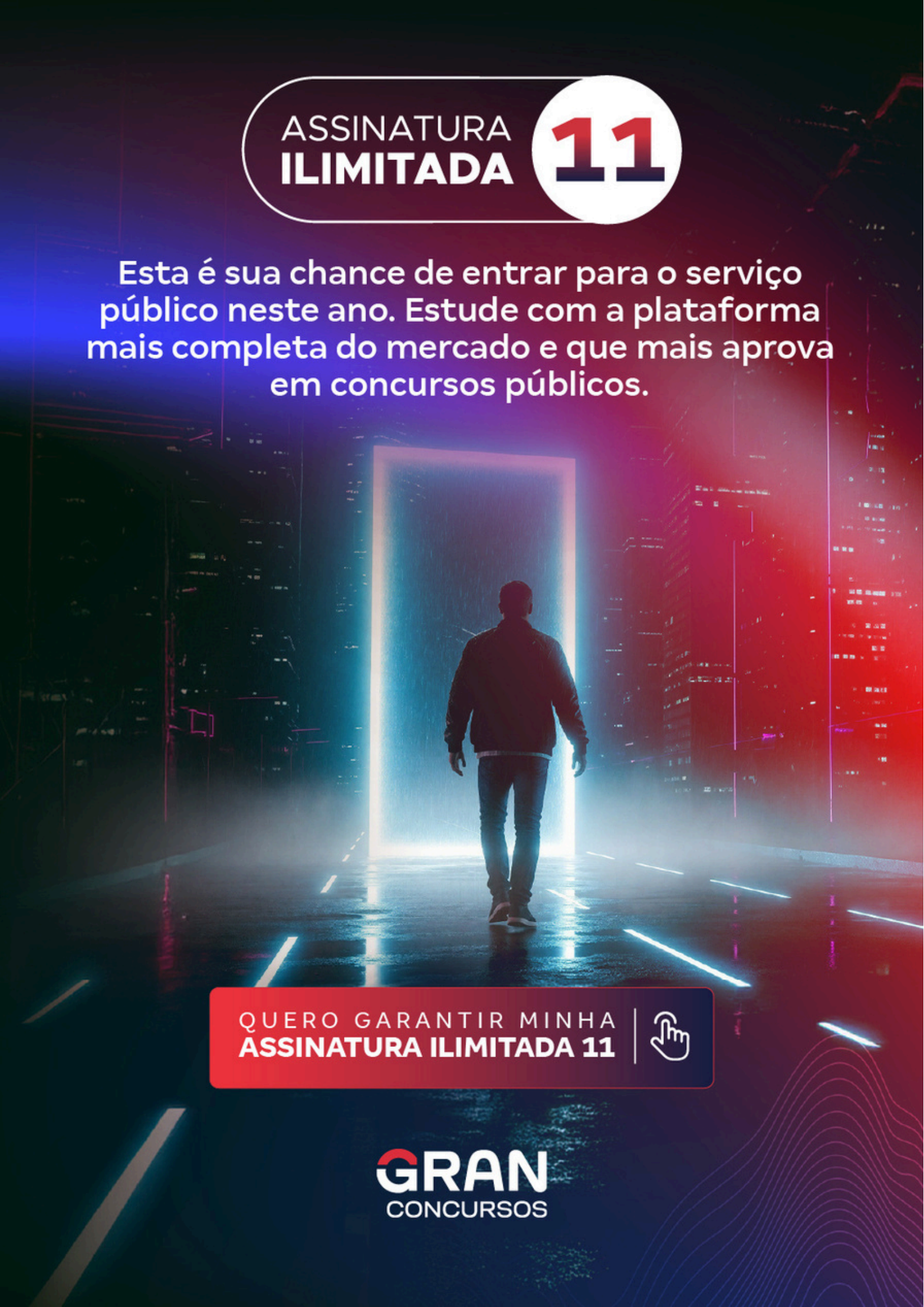

ASSINATURA
ILIMITADA
11
Esta é sua chance de entrar para o serviço público neste ano. Estude com a plataforma mais completa do mercado e que mais aprova em concursos públicos.
QUERO GARANTIR MINHA
ASSINATURA ILIMITADA 11
GRAN
CONCURSOS

EDITAL DE ABERTURA Nº 003/2026, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/ES

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/ES, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS - SAGP**, no uso de suas atribuições legais, em observância à Lei n° 1.045/2015, Lei n° 1.843/2026 e Lei Complementar n° 27/2012 torna pública a realização do Concurso Público nº 003/2026, destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva conforme as normas estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso público será regido por este edital, seus anexos e eventuais retificações, sendo executado por meio do Instituto de Desenvolvimento e Capacitação – IDCAP.

1.2. **A seleção prevista neste edital compreenderá as seguintes etapas:**

a) Prova objetiva;

b) Avaliação biopsicossocial;

c) Heteroidentificação.

1.3. **A inscrição do candidato implicará na concordância plena e integral com todos os termos deste edital e seus anexos.**

1.4. Todas as etapas deste certame poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, útil ou não, com a prévia convocação dos candidatos.

1.5. O não comparecimento às fases nas datas e horários estabelecidos em convocação, bem como o descumprimento das regras específicas de cada fase, resultará na eliminação do candidato, sem direito a nova convocação.

1.6. O candidato, ao fazer sua inscrição, aceita que no dia da realização de qualquer etapa, não será permitido entrar ou permanecer no local de prova portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte.

1.7. Todas as datas relativas ao presente concurso público deverão ser acompanhadas pelos candidatos no Anexo I deste edital, sem prejuízo das alterações realizadas no cronograma e demais avisos publicados no site do IDCAP.

1.8. As etapas, preferencialmente, serão aplicadas no município de Anchieta/ES.

1.8.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nos locais disponibilizados no município deste Certame, o IDCAP poderá alocá-los em municípios vizinhos ao determinado para aplicação das etapas não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao deslocamento, transporte, alimentação e alojamento desses candidatos.

1.9. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações relativas a este concurso público, através do site www.idcap.org.br e do Diário Oficial dos Municípios (AMUNES), não podendo, a qualquer tempo ou esfera, alegar desconhecimento.

1.10. Os itens deste edital, inclusive o Anexo I, poderão sofrer eventuais alterações ou atualizações enquanto não consumada a providência ou o evento que lhes disser respeito, circunstância que será publicada no site do IDCAP www.idcap.org.br, por meio de retificação do edital ou aviso.

1.11. Todos os candidatos poderão ser filmados durante a aplicação das etapas do certame, para fins de registro da avaliação. A decisão sobre a realização ou não das filmagens será de exclusiva discricionariedade do IDCAP. As gravações eventualmente realizadas não serão fornecidas a terceiros, incluído os próprios candidatos, salvo previsão legal expressa.

1.12. Tal vedação se justifica não apenas pela proteção ao direito de imagem, mas também pela necessidade de resguardar dados pessoais de terceiros, conforme dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018; pela preservação da segurança, da isonomia e da impessoalidade do concurso público; bem como pelo caráter interno e administrativo das referidas gravações, utilizadas exclusivamente para fins de controle, fiscalização e eventual apuração de ocorrências durante a realização do certame.

1.13. **Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital, por meio do endereço eletrônico www.idcap.org.br, de acordo com as instruções constantes na página do concurso público e nos prazos estimados no cronograma deste edital, contados da data da publicação. Após essa data, o prazo estará precluso.**

1.14. Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico do IDCAP, caso não seja cadastrado.

1.15. Os pedidos de impugnação serão julgados pelo IDCAP, não cabendo recurso administrativo sobre a decisão.

1.16. As respostas às impugnações serão disponibilizadas, na área restrita do impugnante, na data prevista no cronograma deste edital.

1.17. Impugnações referentes à retificação deste edital (se houver), deverão ser realizadas no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de publicação da retificação, através do e-mail atendimento@idcap.org.br, devendo indicar:

a) O assunto deste e-mail: "Impugnação contra retificação nº ___ do edital nº ____/____";
b) O item/subitem do edital que será objeto de sua impugnação;
c) Argumentação fundamentada.

1.18. Todos os questionamentos e/ou solicitações relacionados ao presente edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do IDCAP, por meio do "Fale Conosco" no site www.idcap.org.br ou e-mail atendimento@idcap.org.br.

1.19. Toda menção a horário, neste edital, terá como referência o horário oficial de Brasília/DF.

1. DAS VAGAS

2.1. O subsídio, o número de vagas, carga horária e os requisitos de ingresso são os seguintes:

NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO								
CÓD.	**CARGO**	**VAGAS**	**AC**	**PcD**	**PN**	**CH**	**SUBSÍDIO**	**PRÉ-REQUISITOS** (comprovados na convocação)
101	Agente de Combate a Endemias	CR	-	-	-	40h	R$ 3.500,00	Ensino Médio completo; Curso Introdutório de Formação Inicial obrigatório com carga horária mínima de 40h, nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006.
102	Técnico de Enfermagem	05 + CR	03	01	01	40h	R$ 4.500,00	Curso Técnico em Enfermagem; Registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
103	Técnico de Enfermagem Plantonista	01 + CR	01	-	-	24/96h e 12/60h, devendo o total mensal perfazer 180 horas.	R$ 4.500,00	Curso Técnico em Enfermagem; Registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
104	Técnico de Imobilização Ortopédica	01 + CR	01	-	-	40h	R$ 4.500,00	Curso Técnico em Imobilização Ortopédica; Registro no respectivo conselho profissional, quando exigido.
105	Técnico de Laboratório	02 + CR	02	-	-	40h	R$ 4.500,00	Curso Técnico em Análises Clínicas ou Patologia Clínica; Registro ativo no Conselho Regional competente.
106	Técnico em Saúde Bucal	02 + CR	02	-	-	40h	R$ 4.500,00	Curso Técnico em Saúde Bucal; Registro no respectivo conselho profissional, quando exigido.

CR: Cadastro de Reserva | AC: Ampla concorrência | PcD: Pessoa com deficiência | PN: Pessoa Negra | CH: Carga horária

NÍVEL SUPERIOR								
CÓD.	**CARGO**	**VAGAS**	**AC**	**PcD**	**PN**	**CH**	**SUBSÍDIO**	**PRÉ-REQUISITOS** (comprovados na convocação)

107	Dentista/Área 20H	01 + CR	01	-	-	20h	R$ 3.750,00	Graduação em Odontologia, com título de especialização reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Odontologia (CRO) e comprovação de título de especialidade registrado. Obrigatório: título de especialização na área de atuação (Endodontia, Odontopediatria, Periodontia, Cirurgia Bucomaxilofacial, Prótese Dentária, Dentística Restauradora, entre outras reconhecidas pelo CFO).
108	Dentista/Área 40H	CR	-	-	-	40h	R$ 7.500,00	Graduação em Odontologia, com título de especialização reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Odontologia (CRO) e comprovação de título de especialidade registrado. Obrigatório: título de especialização na área de atuação (Endodontia, Odontopediatria, Periodontia, Cirurgia Bucomaxilofacial, Prótese Dentária, Dentística Restauradora, entre outras reconhecidas pelo CFO).
109	Enfermeiro	03 + CR	02	-	01	40h	R$ 5.600,00	Graduação em Enfermagem; Registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
110	Enfermeiro Plantonista	01 + CR	01	-	-	24/96h e 12/60h, devendo o total mensal perfazer 180 horas.	R$ 5.600,00	Graduação em Enfermagem; Registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
111	Farmacêutico	02 + CR	02	-	-	40h	R$ 5.600,00	Graduação em Farmácia; Registro ativo no Conselho Regional de Farmácia (CRF).

112	Farmacêutico Plantonista	01 + CR	01	-	-	12/60h e 12/36h, devendo o total mensal perfazer 180 horas.	R$ 5.600,00	Graduação em Farmácia; Registro ativo no Conselho Regional de Farmácia (CRF).
113	Médico Especialista/Área – Cardiologia	01 + CR	01	-	-	20h	R$ 7.750,00	Graduação em Medicina, com Residência Médica e título de especialista na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando aplicável.
114	Médico Clínico	02 + CR	02	-	-	40h	R$ 14.000,00	Graduação em Medicina e Especialização em Estratégia da Saúde da Família e Comunidade; Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM).
115	Médico Especialista/Área – Ginecologia	01 + CR	01	-	-	20h	R$ 7.750,00	Graduação em Medicina, com Residência Médica e título de especialista na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando aplicável.
116	Médico Especialista/Área – Ortopedia	01 + CR	01	-	-	20h	R$ 7.750,00	Graduação em Medicina, com Residência Médica e título de especialista na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando aplicável.
117	Médico Especialista/Área – Pediatria	01 + CR	01	-	-	20h	R$ 7.750,00	Graduação em Medicina, com Residência Médica e título de especialista na área de atuação; Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando aplicável.

CR: Cadastro de Reserva | AC: Ampla concorrência | PcD: Pessoa com deficiência | PN: Pessoa Negra | CH: Carga horária

2.2. As atribuições dos cargos constam no Anexo II deste edital de abertura.

2.3. Os cargos deste edital integram o Quadro de Servidores da Saúde (QSA) do Município e serão remunerados por subsídio, fixado em parcela única, conforme o Anexo IV da Lei Municipal nº 1.843/2026.

2.4. Os candidatos nomeados serão vinculados ao Plano de Carreira, Cargos e Subsídios dos Servidores da Saúde do Município de Anchieta e ficarão submetidos às disposições da Lei Municipal nº 1.843/2026 e alterações posteriores.

2.5. Os cargos de Técnico de Enfermagem Plantonista, Enfermeiro Plantonista e Farmacêutico Plantonista serão exercidos em regime de plantão. As escalas de trabalho são as previstas no Anexo I da Lei Municipal nº 1.843/2026 e estão indicadas na coluna "CH" do quadro de vagas deste edital.

2.5.1. A escala de cada servidor será definida pela Administração Municipal, de acordo com a necessidade do serviço e a unidade de lotação, e poderá ser alterada durante o exercício do cargo, desde que observadas as escalas previstas em lei.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital, seus anexos e eventuais métodos de retificações, certificando-se de que:

a) Preenche todos os requisitos exigidos para participar do concurso público;

b) Possui plenas condições para execução das atividades do cargo;

c) Atende aos requisitos para participação nas etapas do certame, estabelecidos no presente edital.

3.2. O valor correspondente à taxa de inscrição será conforme tabela abaixo:

NÍVEL	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Médio/ Técnico	R$ 80,00 (oitenta reais)
Superior	R$ 100,00 (cem reais)

3.3. As inscrições para o concurso público estarão abertas no período previsto no Anexo I deste edital e deverão ser realizadas, exclusivamente, pela internet, no site www.idcap.org.br.

3.4. Para inscrever-se, o candidato deverá:

a) Acessar, via internet, o site www.idcap.org.br e localizar a área destinada ao concurso público;

b) Ler e estar de acordo com as normas deste edital;

c) Preencher total e corretamente a ficha de inscrição e, em seguida, enviá-la de acordo com as respectivas instruções;

d) Após o envio da ficha de inscrição, automaticamente será gerado boleto bancário/método de pagamento para pagamento do valor de inscrição, que deverá ser pago em qualquer agência bancária ou por meio eletrônico, até a data prevista para vencimento, observado o horário de expediente da agência bancária sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de pagamento e do cartão de confirmação de inscrição.

3.5. O candidato, ao fazer sua inscrição, declara conhecer e aceitar todas as normas estabelecidas neste edital, assim como aceitar que seus dados pessoais, sensíveis ou não sensíveis, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do presente concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção previstos no edital de abertura, autorizando, expressamente, a divulgação de seu nome, número de inscrição, data de nascimento, notas e afins, em observância aos princípios da publicidade e da transparência e nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo.

3.6. A qualquer tempo, mesmo após o término do processo de seleção, o candidato que não comprovar os requisitos exigidos neste edital será eliminado deste concurso público.

3.7. As inscrições poderão ser prorrogadas, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Prefeitura Municipal de Anchieta/ES e/ou do IDCAP.

3.8. O IDCAP não aceitará inscrições cujo pagamento da taxa seja realizado fora do prazo estabelecido ou por meio diverso do previsto neste edital, ainda que, eventualmente, sejam processados ou aceitos pela instituição bancária ou similares.

3.9. Será automaticamente cancelada a inscrição cujo pagamento seja devolvido por qualquer motivo e/ou não seja processado pela instituição bancária/operadora de cartão.

3.10. O simples comprovante de agendamento bancário não será aceito como comprovante de pagamento.

3.11. O pagamento do valor da inscrição após o vencimento, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pelas formas estipuladas neste edital e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste edital implicam no cancelamento da inscrição, sem devolução da importância paga, ainda que constatada em valor maior que o estabelecido ou pago em duplicidade.

3.12. A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento.

3.13. O cartão de confirmação de inscrição estará disponível na área do candidato, no site www.idcap.org.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção e guarda deste documento.

3.14. Em caso de feriado ou evento que resulte no fechamento de agências bancárias e/ou lotéricas na localidade do(a) candidato(a), este deverá antecipar o envio da documentação exigida neste edital (quando aplicável) ou efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o primeiro dia útil anterior ao feriado ou evento. Alternativamente, o pagamento poderá ser realizado por outros meios válidos, como caixa eletrônico ou Internet Banking, desde que respeitado o prazo

final estabelecido neste edital.

3.15. Quanto ao pagamento do boleto bancário/método de pagamento, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais, bem como no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro nas informações de dados, pelo candidato ou terceiros, no pagamento do referido boleto/método de pagamento, não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

3.16. Não serão aceitos pagamentos recebidos por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta, depósito "por meio de envelope" em caixa rápido, DOC, TED, ordem de pagamento, agendamento, condicionais e/ou extemporâneas, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital.

3.17. Não haverá restituição do valor pago referente à taxa de inscrição em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso público ou em razão de fato atribuível somente a Prefeitura Municipal de Anchieta/ES e ao IDCAP.

3.18. Até o encerramento das inscrições, todos os candidatos inscritos poderão reimprimir, caso necessário, o boleto bancário/método de pagamento, que estará disponível na área do candidato, no endereço eletrônico www.idcap.org.br.

3.19. O IDCAP e a Prefeitura Municipal de Anchieta/ES não se responsabilizam por inscrições não processadas por motivo de queda na transmissão de dados ocasionados por instabilidade, sinal fraco, dificuldades de acesso, ausência de sinal causada por problemas na rede de computadores, etc.

3.20. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão detectados na ficha de inscrição, sendo que, caso seja feita qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, contrária às condições estabelecidas neste edital, o candidato terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado, se houver constatação posterior.

3.21. É vedada a transferência do valor pago pela inscrição para terceiros, para outra inscrição ou para outro concurso público e/ou processo seletivo.

3.22. A qualquer tempo, mesmo após o término do processo de seleção, poderão ser anuladas as inscrições, as provas e demais etapas do concurso público, quando verificada falsidade em qualquer declaração, irregularidade nas provas e/ou informações fornecidas, o que acarretará a eliminação automática do candidato.

3.23. O cartão de confirmação de inscrição e do pagamento do valor da inscrição deverá(ão) ser mantido(s) em poder do candidato e apresentado(s) caso seja solicitado.

3.24. Será permitida ao candidato a realização de mais de uma inscrição neste Concurso Público, para cargos distintos, sendo de sua exclusiva responsabilidade observar os turnos estabelecidos para aplicação das respectivas provas.

3.24.1. Constatada a existência de mais de uma inscrição efetivada pelo mesmo candidato para cargos cujas provas sejam realizadas no mesmo turno, o candidato deverá, no dia da aplicação da prova, optar pela realização da prova de apenas um dos cargos para os quais se encontra inscrito. Em razão da escolha realizada, será considerado ausente nas provas correspondentes às demais inscrições, não sendo admitidas reclamações posteriores, alteração de turno, segunda chamada ou restituição dos valores pagos a título de inscrição.

4. DOS ENVIOS ELETRÔNICOS DE DOCUMENTOS

4.1. Todos os envios eletrônicos de documentos, em qualquer fase/etapa do concurso público seguirão o disposto neste tópico.

4.2. Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, na seguinte forma:

a) Cada documento deverá ser enviado em seu campo específico, conforme dispuser o formulário;

b) O tamanho máximo de cada arquivo é de 10 MB (dez megabytes);

c) As cópias dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza;

d) Documentos que possuam frente e verso deverão ser enviados ambos os lados;

e) É de inteira responsabilidade do candidato verificar se os documentos carregados na tela estão corretos;

f) Não serão considerados e analisados os documentos que não pertencem ao candidato e/ou com rasuras ou proveniente de arquivo corrompido e/ou protegidos por senha.

4.3. Não serão considerados válidos documentos apresentados de forma diferente daquela descrita nesse tópico, como por exemplo: por via postal, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste edital.

4.4. As digitalizações ilegíveis ou parciais serão desconsideradas, não sendo objeto de avaliação.

4.5. No ato do cadastro dos documentos no sistema, é indispensável o preenchimento correto dos campos indicados como "obrigatórios", quando houver, sendo as informações prestadas utilizadas para identificação/conferência do documento correspondente.

4.6. Os documentos originais enviados pelo candidato deverão ser guardados pelo mesmo para que posteriormente, quando solicitado, possam ser conferidos com aqueles enviados pelo sistema.

4.7. Documentos nato-digitais poderão ser assinados eletronicamente, desde que assinatura seja classificada como avançada (inclusive a realizada pela plataforma gov.br) ou qualificada (certificado ICP-Brasil), na forma da Lei Federal nº 14.063/2020.

4.8. Se for comprovadamente falsa a declaração e/ou documentação, além da sujeição às sanções civis, administrativas e criminais, serão considerados nulos, em relação ao declarante, todos os atos praticados posteriormente a ela no concurso público.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. As hipóteses de isenção da taxa de inscrição previstas neste Edital estão amparadas pelo disposto no art. 12, § 4º, da Lei Municipal nº 1.045/2015, do Município de Anchieta/ES.

5.2. Para as solicitações de isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá, no período indicado no cronograma deste edital, comprovar se enquadrar na(s) seguinte(s) condição(ões)/legislação(ões):

a) **Lei Estadual nº 9.652/2011** (hipossuficiência econômica);

b) **Lei Estadual nº 11.196/2020** (Prestadores de serviço no período Eleitoral/ES);

c) **Lei Estadual nº 10.607/2016** (doadores de medula óssea);

d) **Lei Federal nº 13.146/2015 e Lei Estadual nº 11.233/2021** (pessoa com deficiência);

e) **Lei Municipal nº 578/2009** (doadores de sangue);

5.3. **Dos procedimentos obrigatórios para solicitação e comprovação de isenção da taxa de inscrição:**

5.3.1. **LEI ESTADUAL Nº 9.652/2011 (HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA)**

5.3.1.1. O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição, na modalidade da Lei Estadual nº 9.652/2011 (hipossuficiência econômica e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, membros de família de baixa renda) deverá:

a) Estar inscrito e regular no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;

b) Enviar autodeclaração de membro de "Família de Baixa Renda", devidamente preenchida e assinada (manualmente ou digitalmente através do GOV).

5.3.1.2. A declaração de membro de "família de baixa renda" indicada no item anterior, deverá:

a) Ser enviada/anexada digitalmente (*upload*) no sistema, conforme modelo constante no Anexo IV;

b) Ser enviada em formato PDF, com, no máximo, 10 MB;

c) Conter assinatura válida, visto que uma assinatura ou firma é uma marca ou um escrito em algum documento que visa conferir-lhe validade ou identificar a sua autoria.

5.3.1.3. Não será aceito CadÚnico nas seguintes situações:

a) Que contenha divergência cadastral;

b) Com status inválido e/ou excluído na base de dados do CadÚnico;

c) Identificado na base do Cadastro Único com renda *per capita* familiar fora do perfil;

d) Desatualizado na base de dados conforme as regras estipuladas no CadÚnico.

5.3.1.4. Não serão realizados pedidos de correção do CadÚnico digitado erroneamente.

5.3.1.5. Não serão aceitas alterações no CadÚnico após a efetivação da inscrição.

5.3.1.6. Para que o candidato não tenha problemas com indeferimento da solicitação, é necessário que indique em sua ficha de inscrição os dados cadastrais exatamente como estão no CadÚnico.

5.3.1.7. Quaisquer inconsistências cadastrais podem interferir no processo de concessão da isenção. Portanto, caso o cadastro do candidato esteja com dados incorretos, será necessário realizar, primeiramente, a atualização cadastral, para depois solicitar a isenção de pagamento.

5.3.1.8. É necessário um prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data em que foi incluído no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, para que o candidato conste na base do CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

5.3.1.9. O IDCAP verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato ao órgão gestor do CadÚnico, sendo este um processo automatizado. O IDCAP não tem autonomia para realizar modificações cadastrais.

5.3.2. **LEI ESTADUAL Nº 11.196/2020 (PRESTADORES DE SERVIÇO NO PERÍODO ELEITORAL/ES):**

5.3.2.1. O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição com fundamento na Lei Estadual nº 11.196/2020, na condição de eleitor convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral do Estado do Espírito Santo, que tenha prestado serviço no período eleitoral, deverá comprovar o atendimento aos requisitos legais mediante o envio do seguinte documento:

a) Documento expedido pela Justiça Eleitoral, contendo, obrigatoriamente, o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, por meio do qual o candidato comprove ter prestado serviço à Justiça Eleitoral em, no mínimo, 2 (dois) eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não, observadas as instruções para envio eletrônico de documentos previstas neste edital.

5.3.2.2. Para os fins da Lei Estadual nº 11.196/2020, considera-se eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à

Justiça Eleitoral, no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesários, Secretário e suplente, Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral, Coordenador de Seção Eleitoral, Secretário de Prédio, Auxiliar de Juízo ou designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive os destinados à preparação e à montagem dos locais de votação.

5.3.2.3. O benefício previsto na Lei Estadual nº 11.196/2020 será válido pelo período de **2 (dois) anos**, contados da data em que o candidato tiver adquirido o direito à isenção.

5.3.2.4. Será considerada a data de publicação deste edital como marco temporal para aferição do prazo de 2 (dois) anos.

5.3.2.5. O benefício de que trata a Lei Estadual nº 11.196/2020 aplica-se exclusivamente aos eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Estado do Espírito Santo, não sendo aceitos documentos expedidos por Justiça Eleitoral de outra unidade da Federação.

5.3.3. LEI ESTADUAL Nº 10.607/2016 (DOADORES DE MEDULA ÓSSEA)

5.3.3.1. O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição com fundamento na Lei Estadual nº 10.607/2016, na condição de doador de medula óssea, deverá comprovar estar devidamente cadastrado em entidade coletora ou em entidade responsável pelo cadastro de doadores de medula óssea, mediante o envio dos seguintes documentos:

a) Documento expedido pela entidade coletora ou pela entidade responsável pelo cadastro de doadores de medula óssea credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, que comprove o seu regular cadastramento;

5.3.3.1.1. Ao solicitar a isenção, o candidato declara automaticamente, sob sua responsabilidade, que observa a restrição prevista na norma legal, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 10.607/2016. O candidato que prestar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas em lei.

5.3.4. LEI FEDERAL Nº 13.146/2015 E LEI ESTADUAL Nº 11.233/2021 (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

5.3.4.1. O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição com fundamento na **Lei Estadual nº 11.233/2021**, na condição de pessoa com deficiência, assim considerada aquela que se enquadra no conceito previsto na **Lei Federal nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** deverá comprová-la mediante a apresentação de laudo médico, contendo, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

a) Ser emitido pelo profissional de saúde de nível superior com habilitação na área da deficiência declarada, e deverá ser preferencialmente digitado ou em letra legível;

b) Constar nome completo do candidato;

c) Constar nome completo, número do registro no Conselho Profissional e assinatura do responsável pela emissão do laudo;

d) Informar a espécie, grau e o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10 e/ ou CID 11), bem como a causa da deficiência (se conhecida);

e) Ter sido emitido nos últimos 36 (trinta e seis) meses contados da data do fim das inscrições, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente;

5.3.4.2. A documentação apresentada para fins de concorrência às vagas reservadas às pessoas com deficiência não será considerada para a concessão da isenção da taxa de inscrição, sendo necessário o envio específico para cada finalidade.

5.3.4.2.1. A concessão da isenção da taxa de inscrição não implica, por si só, o deferimento da participação do candidato nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, quando houver, devendo o candidato manifestar expressamente essa opção no ato da inscrição e cumprir integralmente todas as regras previstas neste edital para essa modalidade de concorrência.

5.3.5. LEI MUNICIPAL Nº 578/2009 (DOADORES DE SANGUE);

5.3.5.1. O candidato que desejar requerer a isenção da taxa de inscrição com fundamento na **Lei Municipal nº 578/2009**, na condição de doador de sangue, deverá comprovar o atendimento aos requisitos legais mediante o envio dos seguintes documentos:

a) Documento expedido por órgão oficial ou por entidade coletora regularmente credenciada pela União, pelo Estado do Espírito Santo ou por Município do Estado do Espírito Santo, que comprove a realização de, no mínimo, **3 (três) doações de sangue no período de 12 (doze) meses**;

5.4. DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.5. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo esse responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso público, além da aplicação das demais sanções legais.

5.6. A isenção da taxa de inscrição deverá ser pleiteada somente no período previsto no Anexo I deste edital, e, para tanto, o candidato deverá acessar o site www.idcap.org.br e escolher a opção ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO, preencher o formulário gerado (informações obrigatórias) e finalizar sua inscrição.

5.7. A relação dos pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos será divulgada no endereço eletrônico www.idcap.org.br, em data definida no Anexo I deste edital.

5.8. **Todos os documentos comprobatórios exigidos para isenção da taxa de inscrição deverão ser enviados em ARQUIVO ÚNICO, via sistema na área do candidato, até o período estipulado Anexo I.**
5.9. A documentação que, eventualmente, for enviada após a finalização do prazo previsto no Anexo I ou diferente do exigido neste edital NÃO será aceita.
5.10. É de responsabilidade exclusiva do candidato verificar se a documentação foi devidamente enviada para o sistema do IDCAP.
5.11. As digitalizações ilegíveis serão desconsideradas.
5.12. **A documentação que não atender a todas as exigências contidas neste tópico e/ou for enviada fora do prazo constante no Anexo I deste edital não terá validade, ficando o candidato sem direito a isenção da taxa de inscrição.**
5.13. O candidato cuja documentação de isenção do valor da taxa de inscrição for indeferida deverá entrar no site www.idcap.org.br até o último dia válido para inscrição, imprimir o seu boleto bancário/método de pagamento e efetuar o pagamento da taxa.
5.14. Na existência de mais de uma solicitação de isenção por um mesmo candidato para mais de um cargo, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último.
5.15. Deferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá aguardar a publicação da convocação para prova, de acordo com o Anexo I deste edital.
5.16. Se comprovadamente falsa a declaração e/ou documentação, além da sujeição às sanções civis, administrativas e criminais, serão considerados nulos, em relação ao declarante, a inscrição e todos os atos praticados posteriormente a ela no concurso público, assim como os atos eventualmente praticados de convocação, posse e exercício no cargo.

6. DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

6.1. **Do pedido de atendimento especial:**
6.1.1. O IDCAP, nos termos da legislação, assegurará o(s) recurso(s) de acessibilidade e/ou tratamento pelo nome social e/ou outras adaptações para candidatos que requeiram, desde que comprovem a necessidade.
6.1.2. O candidato que desejar solicitar atendimento especial deverá fazê-lo no ato da inscrição, indicando a condição que motiva o pedido e a forma de atendimento pretendida.
6.1.3. A realização de provas na condição especial solicitada pelo candidato será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pelo IDCAP, segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.
6.1.4. A solicitação deverá estar acompanhada de laudo médico ou documentação comprobatória, quando for o caso, conforme estabelecido neste item.
6.2. **Das finalidades e limites do atendimento especial:**
6.2.1. O atendimento especial, quando concedido, visa proporcionar igualdade de condições **durante a realização das provas**, sem comprometer:
a) O formato e os critérios de avaliação;
b) A metodologia de execução das etapas;
c) As exigências legais e as atribuições inerentes ao cargo.
6.2.2. As adaptações concedidas, inclusive à pessoa com deficiência, não poderão descaracterizar o conteúdo, a forma ou o grau de exigência das etapas previstas no edital, **especialmente aquelas de natureza física, operacional ou que envolvam risco**, conforme o perfil do cargo.
6.3. **Das adaptações aplicáveis exclusivamente às provas objetiva e discursiva (redação), quando houver:**
a) Prova e folha de resposta ampliada;
b) Ledor e/ou transcritor;
c) Tempo adicional de 60 (sessenta) minutos, conforme expressamente justificado em laudo;
d) Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).
6.4. **Das adaptações aplicáveis à todas as etapas, incluindo às provas objetiva e discursiva (redação), quando houver:**
a) Sala de fácil acesso; (em casos de pessoas que possuam limitações físicas);
b) Carteira para canhotos;
c) Condições diferenciadas por motivo de crença religiosa;
d) Condições específicas para lactantes.
6.5. **Das outras solicitações de atendimento especial:**
6.5.1. Candidatos com outras necessidades não previstas neste edital, ou que enfrentem condição superveniente (como acidente, internação ou limitação temporária), poderão encaminhar solicitação fundamentada ao IDCAP, dentro do prazo estabelecido no Anexo I, por meio do canal “Fale Conosco” no site www.idcap.org.br.
6.5.1.1. O participante que necessitar de atendimento especializado devido à acidentes ou casos fortuitos, após o período de inscrição, deverá solicitá-lo por meio do “Fale Conosco” (e-mail), no site www.idcap.org.br.

6.5.1.2. Entende-se por casos fortuitos as situações em que a condição que enseja o atendimento ocorra em data posterior ao período previsto de solicitação.

6.6. Das regras e documentação específica:

6.6.1. Aplicam-se os requisitos e documentos estabelecidos nos subitens a seguir, conforme o tipo de solicitação realizada:

6.6.1.1. Da prova e folha de resposta ampliada; **do ledor e/ou transcritor**; **do tempo adicional**; **do intérprete de língua brasileira de sinais (Libras)**: O candidato deverá apresentar laudo caracterizador da deficiência conforme regras exigidas no item 6.7, **sob pena de não ter seu pedido atendido.**

6.7. Das exigências obrigatórias do laudo médico:

a) Ser emitido por equipe multiprofissional ou por especialista na área da limitação apresentada, com expressa descrição da necessidade solicitada;

b) Ter data de emissão de até 36 (trinta e seis) meses anteriores ao último dia de inscrição deste edital, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente;

c) Constar nome completo do candidato;

d) Constar nome completo, número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e assinatura do médico responsável pela emissão do laudo;

e) Constar espécie e o grau ou nível de deficiência, em conformidade com o atendimento especial solicitado, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10 e/ ou CID 11), bem como a causa da deficiência;

f) Constar indicação, quando for o caso, da necessidade de uso de próteses ou adaptações, bem como aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marcapasso, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos;

g) No caso de candidato surdo, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria recente, realizado até 36 (trinta e seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;

h) No caso de candidato com deficiência visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, realizado até 36 (trinta e seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;

i) No caso de uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão enviar o laudo médico específico para esse fim, considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, devendo o candidato, ainda, comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.

6.8. O participante que solicitar atendimento para deficiência auditiva, surdez ou surdo-cegueira deverá indicar o uso do aparelho auditivo ou implante coclear na inscrição, caso o candidato não tenha sua solicitação deferida, não poderá utilizar o aparelho auricular.

6.9. Aos candidatos com deficiência visual (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema, sendo a prova confeccionada neste formato.

6.10. Da sala de fácil acesso: os candidatos que necessitarem de sala de fácil acesso por dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção deverão preencher solicitação durante o período de inscrições estipulado no cronograma, justificando sua necessidade.

6.11. Da carteira para canhotos: candidatos que necessitarem de carteira para canhotos deverão preencher a solicitação durante o período de inscrições estipulado no cronograma, justificando sua necessidade. Caso o candidato não faça a solicitação, ficará sujeito a disponibilidade do mobiliário adequado a sua situação no local de prova, podendo ou não ser atendido.

6.12. Das condições diferenciadas por motivo de crença religiosa: O candidato que necessitar de atendimento diferenciado por motivos religiosos deverá, conforme prazo de período de inscrição no Anexo I deste edital:

a) Assinalar a opção correspondente na solicitação de inscrição;

b) Enviar, via upload, a imagem da declaração da congregação religiosa a que pertence, em que conste o nome e número de seu CPF, atestando a sua condição de membro da referida congregação, com a devida assinatura do líder religioso.

6.13. Das condições específicas para lactantes: A candidata que for amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, mãe de criança de até 6 (seis) meses de idade na data da prova, e necessitar amamentar, deverá conforme prazo de período de inscrição no Anexo I deste edital:

a) Apresentar certidão de nascimento da criança (ou documento médico com a data provável do parto, se ainda gestante);

b) Levar acompanhante adulto, no dia da prova, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. O IDCAP não disponibilizará acompanhante para guarda de criança;

c) O acompanhante da participante lactante não poderá ter acesso à sala de provas e deverá cumprir os dispostos nos itens constantes neste edital, no que couber, e ser submetido à revista eletrônica por meio do uso do detector de metais.

6.13.1. Durante a aplicação das provas, qualquer contato entre a participante lactante e o respectivo acompanhante deverá ser presenciado por um fiscal do sexo feminino.

6.13.2. Não será permitida a entrada da lactante e do acompanhante após o fechamento dos portões.

6.13.2.1. A candidata deverá enviar, via upload, a imagem legível da certidão de nascimento que comprove que a criança terá até 6 (seis) meses de idade no dia de realização das provas.

6.13.3. Caso a criança ainda não tenha nascido até a data do término das inscrições, a imagem legível da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível de documento emitido pelo(a) médico(a) obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento e a candidata deverá levar a certidão de nascimento original da criança na data de realização da prova para ser apresentada à Coordenação.

6.13.4. A candidata com situação deferida terá, caso cumpra o disposto no item 6.13, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos por filho, nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 13.872/2019. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização das provas em igual período, de acordo com o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.

6.13.5. Caso a candidata utilize mais de 01 (uma) hora para amamentar, será concedida, no máximo, 01 (uma) hora de compensação.

6.14. Do tempo adicional: A documentação do candidato que solicitar tempo adicional deverá conter, além do estabelecido no item 6.7 deste edital, a expressa descrição da necessidade de tempo adicional para a realização da prova objetiva, conforme condição, característica ou diagnóstico do participante, de acordo com a legislação vigente para concessão de tempo adicional citada na alínea "a" do item 6.14, exceto para a participante lactante que deverá atender ao disposto no item 6.13 e seus subitens.

a) Caso a documentação que motivou a solicitação de tempo adicional seja aceita, o candidato terá direito ao tempo adicional de 60 (sessenta) minutos no turno de provas, desde que o solicite no ato de inscrição, de acordo com o disposto nos Decretos Federais nº 3.298/1999, nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, e nº 9.508/2018, e nas Leis nº 12.764/2012, nº 13.146/2015, nº 14.126/2021, e nº 13.872/2019, e demais legislações.

6.15. Das disposições gerais do pedido de atendimento especial:

6.15.1. O atendimento do pedido será submetido à análise do IDCAP e dependerá da disponibilidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

6.15.2. As digitalizações ilegíveis serão desconsideradas, sendo de inteira responsabilidade do candidato verificar o correto envio e a legibilidade dos arquivos.

6.15.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato verificar se o laudo médico foi devidamente enviado para o sistema do IDCAP.

6.15.4. O candidato que, porventura, declarar indevidamente, quando do preenchimento do formulário de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com o IDCAP por meio do "Fale Conosco" (e-mail) na área do candidato para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

6.15.5. O deferimento ao candidato de atendimento especial para a realização da prova não garante o direito ao exercício da atividade fim do cargo pleiteado, considerando que a atividade laboral pressupõe o atendimento aos requisitos do cargo.

7. DO TRATAMENTO PELO NOME SOCIAL

7.1. O atendimento pelo nome social é destinado à pessoa transgênero, travesti ou transexual que se identifica e deseja ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero, sendo o **nome social distinto do nome civil (nome de nascimento)**.

7.2. Para os fins deste edital, considera-se nome social a designação pela qual a pessoa se identifica e é socialmente reconhecida, conforme disposto no Decreto Federal nº 8.727/2016.

7.3. O candidato que desejar o tratamento pelo nome social poderá solicitá-lo durante o período de inscrições. Para tanto, deverá acessar a sua área do candidato, no campo "Ações", clicar no item "Nome Social" e preencher o campo correspondente, anexando, **obrigatoriamente**, cópia digitalizada, frente e verso, de um dos documentos oficiais de identificação com foto, válido, conforme estabelecido neste edital.

7.4. Caso a solicitação não seja realizada no prazo estipulado ou a documentação enviada não esteja em

conformidade com o item anterior, o candidato será identificado pelo nome civil.

7.5. As publicações e comunicações oficiais referentes aos candidatos que tiverem suas solicitações deferidas serão realizadas em conformidade com o nome social, sem prejuízo da utilização do nome civil para fins administrativos internos, quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

8. DAS VAGAS RESERVADAS

8.1. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às modalidades de vagas reservadas. E, ato contínuo, no período de solicitação de vaga reservada, o candidato deverá entrar na inscrição via sistema e enviar no campo especifico a documentação exigida para cada cota.

8.1.1. A ausência de envio da documentação exigida, dentro do prazo previsto, impedirá a participação do candidato na etapa de verificação realizada por comissão designada pelo IDCAP, resultando no indeferimento da solicitação de reserva de vaga.

8.1.2. O fato de o candidato ser deferido a participar na concorrência dessa modalidade, pois cumpriu as regras de inscrição do pedido **(autodeclaração e envio de documentação)** não configura a confirmação absoluta de cotista, o qual ainda passará por análise técnica para a devida certificação e validação.

8.2. No caso de indeferimento, já na etapa de solicitação pois não enviou alguma documentação, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

8.3. O deferimento das inscrições dos candidatos que optaram pela reserva de vagas, não configura validação de sua condição, onde o mesmo passará por estágio comprobatório, conforme regra de cada cota.

8.4. O procedimento verificatório/comprobatório de cada cota, terá decisão terminativa sobre a qualificação da situação do candidato optante pela reserva de vagas. A reprovação no procedimento ou o não comparecimento ao mesmo, quando convocado, acarretarão a perda do direito às vagas reservadas.

8.5. Os candidatos optantes pela reserva de vagas concorrerão **concomitantemente** às vagas que lhe são reservadas e às de ampla concorrência.

8.6. Após o procedimento de verificação, o candidato indeferido na reserva de vagas, somente permanecerá na lista de ampla concorrência se, em cada fase, atender às regras de corte estabelecidas para a etapa nesta modalidade. Caso contrário, será eliminado.

8.7. Em caso de desistência formal ou perda do direito à convocação de candidato aprovado por meio de vaga reservada, a vaga será preenchida pelo próximo candidato da respectiva cota, observada a ordem de classificação e o atendimento a todos os requisitos previstos neste edital.

8.8. Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para ocupar suas respectivas vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

8.9. As informações prestadas neste certame, assim como sua autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

8.10. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos cotas realizadas em outros concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

8.11. As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

8.12. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no pedido/certificação da condição declarada pelo candidato, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

8.13. Se constatada fraude, o candidato será eliminado do concurso público, caso esse ainda esteja em andamento, e se houver sido convocado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

8.14. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

8.14.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o percentual de **5% (cinco por cento)** das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso público, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.045/2015 e Decreto Federal 9.508/2018.

8.14.2. Na hipótese de a aplicação do percentual resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

8.14.3. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no § 1º do art. 1º da Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) no art. 1º da Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 e no art. 1º da Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e na Lei Federal nº 14.768/2023 que define deficiência auditiva e

estabelece valor referencial da limitação auditiva.

8.14.4. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a posse no cargo para o qual pretende concorrer, sendo indispensável a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência declarada.

8.14.5. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá assinalar a opção correspondente no **momento de inscrição** e **enviar digitalmente o laudo original,** contendo todas as informações solicitadas/descritas neste edital.

8.14.6. Este será o único momento para envio da documentação comprobatório, caso não o faça, não terá nova oportunidade, perdendo o direito de concorrer as vagas reservadas. O candidato com deficiência que não cumprir integralmente as exigências previstas neste tópico, especialmente quanto ao envio correto e tempestivo da documentação exigida, não será considerado como pessoa com deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga correspondente.

8.14.7. O laudo que caracteriza a deficiência emitido pelo profissional de saúde de nível superior com habilitação na área da deficiência declarada deverá ser preferencialmente digitado ou em letra legível e, ainda:

a) Constar nome completo do candidato;

b) Constar nome completo, número do registro no conselho profissional e assinatura do responsável pela emissão do laudo;

c) Informar a espécie, grau e o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10 e/ ou CID 11), bem como a causa da deficiência (se conhecida);

d) Descrever a espécie, grau e o nível de impedimento que caracterize a deficiência (impedimentos nas funções e estruturas do corpo);

e) Indicar, quando for o caso, a necessidade de uso de próteses ou adaptações;

f) Apresentar os graus de autonomia ou descrever limitações para as atividades do dia a dia e informar se há necessidade de apoio de terceiros;

g) No caso de pessoa com deficiência física, o candidato deverá apresentar documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou laudo caracterizador de deficiência contendo uma descrição detalhada dos impedimentos físicos, que descreva as variações anatômicas e/ou funcionais e especifique as limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como uso de próteses e/ou órteses;

h) No caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado de exame de audiometria recente, conforme prazo estabelecido na alínea “n” do item 8.14.7;

i) No caso de pessoa com deficiência intelectual, na documentação (atestado ou laudo ou relatório) ou no laudo caracterizador de deficiência, deverá constar a data do início da doença, áreas de limitação associadas e habilidades adaptativas comprometidas, além de déficit cognitivo significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos;

j) Para as pessoas com deficiência mental, a documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou o laudo caracterizador de deficiência deverá apresentar os impedimentos nas relações interpessoais, áreas de limitação psicossocial associadas e habilidades adaptativas comprometidas, informando o diagnóstico de base e tratamentos em curso;

k) No caso de deficiente visual, o laudo deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos e vir acompanhado de exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, conforme prazo estabelecido na alínea “n” do item 8.14.7;

l) No caso de deficiência múltipla, na documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou no laudo caracterizador de deficiência, deverá constar a associação de duas ou mais deficiências e deverão ser apresentadas as informações já listadas de cada uma delas;

m) Quando se tratar de deficiência que se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) deverá apresentar, relatório especializado, emitido por médico(a) psiquiatra, neurologista ou neuropediatra (com Registro em quadro de Especialistas do Conselho Regional de Medicina), ou psicólogo(a) especializado(a) na área de Neuropsicologia (com comprovação de registro no Conselho Federal de Psicologia), preferencialmente atuante no Espectro Autista, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e(ou) prejuízos): capacidade de comunicação e interação social; reciprocidade social; qualidade das relações interpessoais; e presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos;

n) Ter sido emitido nos últimos 36 (trinta e seis) meses contados da data do fim das inscrições, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou

dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.

8.14.8. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente ou que se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, a validade do laudo caracterizador da deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que esteja expressa a referida condição e satisfeita as demais condições.

8.14.9. Caso o laudo caracterizador da deficiência seja emitido em meio eletrônico, deverá estar assinado digitalmente conforme padrão ICP-Brasil, observando as normas do respectivo Conselho Profissional.

8.14.10.O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações desse tópico, será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD.

8.14.11.A ordem das vagas reservadas aos candidatos com deficiência será organizada da seguinte forma: a primeira vaga destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a segunda será a 21ª, a terceira será a 41ª, a quarta será a 61ª e assim sucessivamente.

8.15. DO PROCEDIMENTO BIOPSICOSSOCIAL DOS CANDIDATOS PCDs

8.15.1. A condição de pessoa com deficiência será analisada pelo IDCAP por meio de avaliação biopsicossocial, realizada com base **exclusivamente a documentação médica enviada digitalmente** pelo candidato no período destinado à solicitação para concorrer às vagas reservadas, conforme as datas estabelecidas no cronograma.

8.15.2. A avaliação biopsicossocial será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os seguintes fatores:

a) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

b) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

8.15.3. A caracterização da deficiência emitida pela equipe multidisciplinar do IDCAP habilita o candidato, exclusivamente, à concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, nos termos da legislação vigente e conforme sua classificação, não o eximindo, se convocado, da obrigação de se submeter ao procedimento biopsicossocial admissional do órgão contratante, o qual terá decisão terminativa quanto a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

8.15.4. O resultado preliminar da avaliação documental enquadrará os candidatos em uma das seguintes condições:

a) **Documentação médica insuficiente ou inconclusiva**: quando os documentos apresentados (atestado, laudo ou relatório) não forem suficientes para caracterizar a deficiência nos termos da legislação vigente;

b) **Deficiência não caracterizada:** quando, mesmo com documentação válida, a avaliação da equipe multiprofissional concluir que o candidato não se enquadra como pessoa com deficiência;

c) **Deficiência caracterizada:** quando a avaliação da equipe multiprofissional concluir que o candidato se enquadra como pessoa com deficiência;

8.15.5. Considerando a análise prevista no item 8.15.4, o candidato será classificado como "**Deferido**" ou "**Indeferido**".

8.15.6. Será considerado **"Deferido"**, o candidato enquadrado na alínea "c" do item 8.15.4, permanecendo nas demais etapas nas vagas reservadas na condição de pessoa com deficiência.

8.15.7. Será considerado **"Indeferido"**, o candidato enquadrado nas alíneas "a" ou "b" do item 8.15.4, permanecendo nas demais etapas nas vagas destinadas à ampla concorrência, desde que atenda, em cada fase, aos critérios de corte dessa modalidade. Caso contrário, será eliminado do concurso público.

8.15.8. A validação da autodeclaração em conjuntos com os documentos enviados pelo candidato, será uma análise técnica, motivada e irrecorrível, ressalvado o direito ao recurso administrativo nos prazos definidos neste edital.

8.15.9. O recurso será apreciado por instância designada para essa finalidade, garantindo-se a imparcialidade em relação à primeira avaliação.

8.16. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

8.16.1. Das vagas destinadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, ficam reservadas aos candidatos negros (pretos e pardos) **20% (vinte por cento)**, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.045/2015.

8.16.2. Na hipótese de a aplicação do percentual resultar em número fracionado, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

8.16.3. A reserva de vagas será aplicada sempre que o Edital ofertar três ou mais vagas para o mesmo cargo efetivo ou emprego público.

8.16.4. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas na condição de pessoa negra, deverá, no período estipulado para solicitação de vaga reservada:

a) Realizar sua inscrição e nesta indicar o pedido da vaga reservada na condição de pessoa negra, momento o qual se autodeclara preto ou pardo conforme o quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Governo Federal;

8.16.5. A ordem das vagas reservadas aos candidatos negros será organizada da seguinte forma: a primeira vaga destinada ao candidato negro será a 3ª vaga, a segunda será a 8ª, a terceira será a 13ª, a quarta será a 18ª e assim sucessivamente.

8.17. DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS (PRESENCIAL):

8.17.1. A verificação da veracidade da autodeclaração será realizada presencialmente por Comissão de Heteroidentificação, a ser instituída pelo IDCAP, conforme as datas estabelecidas no cronograma.

8.17.2. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas negras e classificados nas etapas deste certame serão convocados por meio do Edital de convocação para realização de heteroidentificação, na data prevista no cronograma.

8.17.3. A verificação da Comissão quanto à condição de pessoa negra levará em consideração, em seu parecer, a autodeclaração eletrônica firmada no ato de inscrição no certame, os critérios fenotípicos, que servirão como base para análise e validação presencial, excluídas as considerações sobre a ascendência.

8.17.4. Entende-se por fenótipo o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, que, combinados ou não, permitirão validar ou invalidar a autodeclaração.

8.17.5. As características fenotípicas descritas no item anterior são as que possibilitam, nas relações sociais, o reconhecimento do indivíduo como negro.

8.17.6. Em nenhuma hipótese a avaliação étnico-racial será realizada considerando o genótipo do candidato, sendo vedada toda e qualquer forma de aferição acerca da ancestralidade ou colateralidade familiar do candidato.

8.17.7. Será considerado como negro o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros da Comissão de Heteroidentificação.

8.17.8. A autodeclaração apresentada será submetida à validação da Comissão de Heteroidentificação, cuja análise será técnica, motivada e irrecorrível, ressalvado o direito ao recurso administrativo nos prazos definidos neste edital.

8.17.9. Todos os candidatos poderão ser filmados durante a etapa, para fins de registro da avaliação e as gravações não serão fornecidas aos candidatos.

8.17.10. É obrigatória a apresentação de documento de identificação oficial original com foto para acesso ao procedimento de heteroidentificação presencial, devendo o candidato observar integralmente as exigências estabelecidas no item 10 e seus respectivos subitens previstos neste Edital.

8.17.11. A Comissão de Verificação da Autodeclaração estabelece as seguintes orientações a serem observadas pelos candidatos durante a realização do procedimento de heteroidentificação presencial:

a) Não será permitido o uso de acessórios na cabeça, tais como: boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas entre outros (independentemente do comprimento dos cabelos, esses deverão estar totalmente livres/soltos);

b) Não será permitido o uso de óculos escuros;

c) Não será permitido o uso de maquiagem;

d) Não será permitido o uso de quaisquer acessórios ou vestimentas estampadas que impossibilitem ou dificultem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato;

8.17.12. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas negras por ocasião do procedimento heteroidentificação:

a) não atender à convocação para procedimento de heteroidentificação;

b) não apresentar documentação exigida neste Edital;

c) deixar de cumprir as exigências no procedimento de heteroidentificação deste Edital, em especial ao item 8.17.11, quando aplicável;

d) se recusar a ser filmado durante o procedimento da entrevista, quando aplicável;

e) não apresentar documento de identidade original com foto, em conformidade com as exigências estabelecidas no item 10 e seus respectivos subitens previstos neste Edital, durante a realização do procedimento de heteroidentificação.

8.17.13. O candidato que deixar de cumprir as exigências relativas ao procedimento de heteroidentificação ou for indeferido perderá o direito às vagas reservadas.

9. DAS ETAPAS

9.1. O concurso público será composto pelas seguintes etapas:

Fase	Descrição	Caráter	Responsável
I	Prova objetiva	Classificatório e eliminatório	IDCAP
II	Avaliação biopsicossocial	Verificatório	IDCAP
III	Heteroidentificação	Verificatório	IDCAP

9.2. Será considerado classificado na Prova Objetiva o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova.
9.3. Terão a documentação submetida à **Avaliação Biopsicossocial** os candidatos que, tendo optado pela reserva de vagas para pessoas com deficiência no momento da inscrição, apresentado a documentação comprobatória exigida e estiverem classificados na Prova Objetiva.
9.4. Serão submetidos ao Procedimento de **Heteroidentificação (presencial)** os candidatos que, tendo optado pela reserva de vagas para pessoas negras no momento da inscrição, estiverem classificados na Prova Objetiva.

10. DO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO PARA TODAS AS ETAPAS

10.1. Em todas as etapas do concurso público, será obrigatória a apresentação do documento oficial de identificação com foto, em sua via original, para a realização das provas.
10.2. Consideram-se documentos válidos para identificação do candidato:
a) Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal;
b) Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei Federal nº 9.474/1997;
c) Carteira de Registro Nacional Migratório, de que trata a Lei Federal nº 13.445/2017;
d) Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, de que trata o Decreto Federal nº 9.277/2018;
e) Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade;
f) Passaporte;
g) Carteira Nacional de Habilitação, na forma da Lei Federal nº 9.503/1997;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida após 27 de janeiro de 1997;
i) Documentos digitais com foto (apenas CNH Digital, RG Digital, CIN Digital, e-Título e Carteira de Trabalho).
10.3. Caso o candidato apresente documento digital que não contenha fotografia, **este não será aceito** para fins de identificação, ficando o candidato **responsável por apresentar outro documento oficial que contenha foto**.
10.4. Caso o candidato opte pela apresentação de documento digital, este deverá, obrigatoriamente, ser exibido por meio dos aplicativos oficiais correspondentes ao documento ou pelo aplicativo Gov.br.
10.5. No ato da conferência, o candidato deverá deslizar todas as telas até a exibição do QR Code do documento, **não sendo aceitos capturas de tela (prints) ou arquivos em formato PDF.**
10.6. O IDCAP não se responsabilizará por falhas de acesso ou funcionamento dos aplicativos oficiais de identificação digital, incluindo o Gov.br, decorrentes de problemas técnicos nos dispositivos dos candidatos, instabilidades na conexão, uso inadequado dos aplicativos ou qualquer outro fator que inviabilize a apresentação do documento digital previsto na alínea "i" do item 10.2 deste edital, nos dias de realização das provas. O IDCAP não disponibilizará acesso à internet para consulta aos aplicativos de identificação, recomendando-se que o candidato leve também o documento em sua forma física.
10.7. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
10.8. Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no item 10.2 como: certificado de dispensa de incorporação; certificado de reservista; certidão de nascimento; certidão de casamento; título eleitoral físico; carteira nacional de habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/1997; carteira de estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); crachás e identidade funcional de qualquer natureza e cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas ou qualquer outro que não apresentem foto.
10.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento original impresso que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
10.10. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.
10.11. Caso o participante precise aguardar o recebimento de documento válido listado neste edital, deverá fazê-lo fora do local de provas.
10.12. O IDCAP reserva-se no direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação nos dias de aplicação podendo, inclusive, submeter o candidato a coleta de dados biométricos.

11. DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DO CANDIDATO NO LOCAL DE PROVAS PARA TODAS AS ETAPAS

11.1. O candidato devidamente identificado, poderá entrar no local de prova portando:
a) Bebidas acondicionadas em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

b) Alimentos acondicionados em embalagem original lacrada ou embalagem plástica transparente.

11.2. O IDCAP reserva-se o direito de vistoriar, as bebidas e os alimentos dos candidatos, sendo facultada a sua aceitação ou não, a critério da organização.

11.3. O candidato deverá guardar em envelope porta-objetos, antes de entrar na sala de provas, o telefone celular e quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados, além de outros pertences não permitidos e citados neste edital.

11.4. O candidato deverá manter celulares, tablets, relógios e pulseiras inteligentes desligados e com todas as funções desativadas, incluindo alarmes, dentro do envelope porta-objetos lacrado e identificado.

11.5. Caso qualquer aparelho eletrônico emita som, o envelope porta-objetos lacrado será retirado da sala de prova, com autorização do candidato, e levado à sala da coordenação. A recusa em autorizar a retirada implicará na eliminação do candidato.

11.6. Não será permitido ao candidato portar fora do envelope porta-objetos: cartão de confirmação da inscrição, óculos escuros e artigos de chapelaria como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares, caneta de material não transparente, lápis, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, anotações, protetor auricular, relógio de qualquer tipo, e quaisquer dispositivos eletrônicos, como telefones celulares, smartphones, tablets, wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e/ou similares, ipods®, gravadores, pen drive, mp3 e/ou similar, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e/ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens e quaisquer outros materiais estranhos à realização da prova.

11.7. Os candidatos com cabelos longos deverão manter as orelhas visíveis no momento da identificação, bem como durante o ingresso e permanência nas salas de aplicação, conforme procedimentos operacionais de segurança adotados para a realização da prova.

11.8. Os candidatos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem à coordenação, na qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de revista por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas. No caso de objetos religiosos, como terços, burca e quipá, o candidato também será encaminhado à coordenação para ter o objeto revistado.

11.9. O candidato deverá manter o envelope porta-objetos lacrado e identificado desde o ingresso na sala de provas até a saída definitiva do local de provas.

11.10. O candidato que for identificado descumprindo qualquer item de segurança, seja em qualquer dependência do local de prova ou no trajeto entre a sala e o banheiro, será eliminado do Concurso Público e deverá deixar o local imediatamente.

11.11. Durante a realização da prova não será permitida(o):

a) A comunicação entre candidatos;

b) Consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou quaisquer outras fontes;

c) Escrever em papéis diversos dos entregues pelo IDCAP;

d) Uso de telefone celular, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens e imagens;

e) O uso de boné, chapéu, gorro, protetor auricular ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato, exceto nas etapas autorizadas pelo IDCAP, como, por exemplo, o exame de aptidão física;

f) O uso de óculos escuros, salvo nos casos em que o candidato apresente laudo médico original e impresso;

g) O uso de aparelho auditivo, exceto mediante apresentação de laudo médico original e impresso no dia da prova;

11.12. O IDCAP poderá, a qualquer tempo, submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal no dia de realização das provas, inclusive na entrada e/ou saída de quaisquer espaços do local de prova.

11.13. Caso, durante a utilização do detector de metais, seja constatado que o candidato esteja portando telefone celular ou qualquer outro equipamento proibido, ainda que desligado ou com a bateria desconectada, o candidato será conduzido diretamente à sala de coordenação, sem retorno à sala de prova, e sua eliminação do certame será formalmente registrada em ata.

11.14. O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização da prova após o recebimento de seu cartão de respostas e/ou ficha/teste avaliativo até o início efetivo da prova e, após esse momento, sairá somente na presença de um fiscal.

11.15. O candidato deverá iniciar as provas somente após ler as instruções contidas na capa do caderno de questões (prova) e no Cartão de Resposta, observada a autorização do chefe de sala.

11.16. O caderno de questões (prova) somente poderá ser aberto com autorização do chefe de sala e após horário de início das provas.

11.17. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo e/ou quanto aos critérios de avaliação e de classificação.

11.18. Não será permitida a permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e entrega dos materiais avaliativos (fichas/testes e cartões-resposta). Os candidatos deverão retirar-se imediatamente, sendo vedado o uso de banheiros, bebedouros ou a abertura do envelope porta-objetos após esse momento.

11.19. O IDCAP não se responsabiliza por nenhum objeto perdido nem por danos nele causado durante o período de aplicação das provas.

11.20. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a sua realização:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido ou fora do local definido;
b) Não apresentar o documento de identidade conforme previsto;
c) Não se dirigir para sua sala após o fechamento dos portões;
d) Ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
e) For surpreendido em comunicação com outras pessoas;
f) Receber qualquer objeto de terceiros ou tiver contato com o ambiente externo após o fechamento dos portões;
g) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
h) For flagrado portando/levando consigo equipamento eletrônico de comunicação, ainda que desligado e/ou com a bateria desconectada quando submetido ao detector de metais;
i) For surpreendido portando anotações em papéis ou em qualquer meio não permitido durante a realização da prova;
j) Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
k) Recusar a submeter-se ao detector de metais;
l) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não seja o fornecido;
m) Faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
n) Não assinar o cartão de respostas/fichas avaliativas;
o) Permanecer com qualquer material de prova, como caderno de questões, cadernos e folhas de respostas, após o término do tempo permitido para a realização da prova, conforme previsto neste edital;
p) Não permitir a coleta de sua assinatura ou de dados biométricos;
q) For surpreendido portando qualquer tipo de arma;
r) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
s) Agir com incorreção ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da prova;
t) Não atender as orientação e/ou exigências dos membros da equipe do IDCAP.

11.21. Caso o candidato tenha necessidade de se ausentar do local da prova, inclusive para atendimento médico ou hospitalar, não poderá retornar ao local de prova, sendo eliminado do Concurso Público.

11.22. Se a qualquer tempo for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial que o candidato tenha feito uso de qualquer processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

12. DA PROVA OBJETIVA

12.1. A prova objetiva será aplicada a todos os candidatos com inscrições deferidas e será elaborada com base no conteúdo programático, contido no Anexo III deste edital.

12.2. A aplicação das provas objetivas será realizada na data prevista no Cronograma - Anexo I deste edital, no horário conforme estipulado na tabela abaixo:

TURNO	CARGOS	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DO FECHAMENTO DOS PORTÕES
Matutino	• 103 – Técnico de Enfermagem Plantonista • 104 – Técnico de Imobilização Ortopédica • 106 – Técnico em Saúde Bucal • 108 – Dentista/Área 40H • 109 – Enfermeiro • 112 – Farmacêutico Plantonista • 114 – Médico Clínico	07:00h	**07:45h**
Vespertino	• 101 – Agente de Combate a Endemias • 102 – Técnico de Enfermagem • 105 – Técnico de Laboratório	13:00h	**13:45h**

	• 107 – Dentista/Área 20H • 110 – Enfermeiro Plantonista • 111 – Farmacêutico • 113 – Médico Especialista/Área – Cardiologia • 115 – Médico Especialista/Área – Ginecologia • 116 – Médico Especialista/Área – Ortopedia • 117 – Médico Especialista/Área – Pediatria		

12.3. Os portões serão fechados no horário estabelecido neste edital, sendo terminantemente proibida a entrada de candidatos após o fechamento.
12.4. Serão considerados portões: a entrada de módulos, blocos, andares e afins.
12.5. Após o fechamento dos portões, será permitida apenas a permanência dos colaboradores responsáveis pela aplicação das provas, das pessoas previamente autorizadas e dos candidatos, sendo vedada a presença de terceiros alheios ao certame.
12.6. Os candidatos deverão comparecer aos locais da prova objetiva com antecedência, preferencialmente no horário de abertura dos portões, conforme estabelecido neste edital, portando documento de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
12.7. A prova será realizada nos seguintes horários:
a) **No turno matutino,** a prova será realizada no período das 08h às 12h00min, com duração total de 4h00min.
b) **No turno vespertino,** a prova será realizada no período das 14h às 18h00min, com duração total de 4h00min.
12.8. O horário para início da realização da prova poderá sofrer alteração, a critério exclusivo do IDCAP, por motivos técnicos, caso fortuito e/ou força maior.
12.9. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste edital.
12.10. Ao candidato somente será permitida a realização das provas na respectiva data, horário e local definido pelo IDCAP, não havendo segunda chamada para realização. Caso não o cumpra, será eliminado do concurso público.
12.11. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nos locais disponibilizados no município deste certame, o IDCAP poderá alocá-los em municípios vizinhos ao determinado para aplicação das provas não assumindo qualquer responsabilidade quanto a transporte, alimentação e alojamento desses candidatos.
12.12. A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre dos malotes de provas mediante termo formal e na presença de 2 (dois) candidatos na coordenação do local de realização das provas.
12.13. Cada questão objetiva terá quatro alternativas para resposta (A, B, C, D) sendo apenas uma correta.
12.14. **Tabela de provas:**

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR			
Disciplinas	**Nº de questões**	**Peso das questões**	**Total de pontos**
Língua Portuguesa	8	1,5	12,0
Matemática e Raciocínio Lógico	5	1,0	5,0
Noções de Administração Pública	8	2,0	16,0
Saúde Pública	7	2,0	14,0
Conhecimentos Locais do Município de Anchieta*	6	2,0	12,0
Conhecimentos Gerais (*básico) *	6	1,0	6,0
Conhecimentos Específicos	10	3,5	35,0
TOTAL	**50**	**-**	**100,0**

**Nos termos do art. 30-A da Lei Municipal nº 1.045/2015, incluído pela Lei Municipal nº 1.607/2023, 12% (doze por cento) das questões da Prova Objetiva serão destinadas a conhecimentos locais do Município de Anchieta/ES, com pontuação correspondente ao dobro da atribuída às questões de conhecimento básico.*
12.15. Será atribuída nota zero à questão que apresentar, no cartão de respostas, mais de uma ou nenhuma resposta

assinalada, ou à questão que apresentar emenda ou rasura.

12.16. O candidato deverá assinalar a resposta da questão objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricado em material transparente.

12.17. As marcações indevidas serão da exclusiva responsabilidade do candidato.

12.18. É vedado ao candidato amassar, rasurar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.

12.19. O candidato deve proceder o preenchimento do cartão resposta em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na capa do caderno de questões.

12.20. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

12.21. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição, sua data de nascimento e o número de seu documento de identificação.

12.22. Todos os candidatos, ao terminarem as provas, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.

12.23. O caderno de questões (prova) não poderá ser substituído, salvo nas hipóteses em que seja identificada imperfeição capaz de comprometer a realização do exame pelo candidato, devido a ocorrência de falhas na impressão e, ainda, desde que a solicitação seja feita pelo candidato no início da prova.

12.24. Os candidatos somente poderão sair do local de realização da prova após decorrida 1 (uma) hora de seu início, sem, contudo, levar consigo o caderno de questões (prova).

12.25. A saída com caderno de questões somente será permitida 1 (uma) hora antes do término da prova.

12.26. Em hipótese alguma o candidato poderá retirar-se da sala portando o cartão de respostas, sendo eliminado automaticamente do certame, caso o faça.

12.27. O candidato não poderá deixar a sala de prova entre o recebimento da folha de respostas e o início da prova. Após o início, só poderá se ausentar na presença de um fiscal. Por isso, é importante que utilize banheiros e bebedouros antes de entrar na sala.

12.28. Ao final da aplicação, deverão permanecer na sala 3 (três) pessoas, sendo obrigatoriamente no mínimo 2 (dois) candidatos, até que o último candidato conclua sua prova. Após o encerramento, os presentes deverão assinar a Ata de Sala, atestando a regularidade da aplicação e a idoneidade da fiscalização. A saída do local deverá ocorrer de forma conjunta, sob acompanhamento da equipe responsável.

12.29. Não será permitida a permanência de candidatos, no local de realização das provas, após o término e a entrega do cartão de respostas. Os candidatos deverão retirar-se imediatamente do local de provas, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

12.30. O candidato deverá iniciar as provas somente após ler as instruções contidas na capa do caderno de questões e no cartão de resposta, observada a autorização do aplicador.

12.31. Será excluído/eliminado do concurso público o candidato que:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
b) Não apresentar o documento de identidade conforme previsto;
c) Ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
d) For surpreendido em comunicação com outras pessoas;
e) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
f) Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
g) Recusar a submeter-se ao detector de metais;
h) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido;
i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
j) Agir com incorreção ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da prova;
k) Não atender orientação e/ou exigência de membro da equipe do IDCAP;
l) Não assinar o cartão resposta.

12.32. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

12.33. O candidato não poderá se ausentar do local da prova, salvo nas hipóteses previstas neste edital.

12.34. Caso o candidato tenha necessidade de se ausentar do local da prova, inclusive para atendimento médico ou hospitalar, não poderá retornar ao local de prova, sendo eliminado do concurso público.

12.34.1. A Prefeitura Municipal de Anchieta/ES e o IDCAP não se responsabilizam por nenhum objeto perdido nem por

danos nele causado.

13. DOS RECURSOS

13.1. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento, exceto para as questões da prova objetiva.

13.2. Será admitido recurso quanto:

a) Ao indeferimento da inscrição;

b) Ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;

c) Ao indeferimento da solicitação de atendimento especial para prova;

d) Ao indeferimento da solicitação de inscrição nas vagas reservadas;

e) Ao gabarito preliminar da prova objetiva;

f) Ao resultado preliminar de cada etapa/fase.

13.3. Cada fase recursal permanecerá disponível aos candidatos no período estabelecido no Anexo I deste edital.

13.4. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente pela Internet, no site do IDCAP www.idcap.org.br, de acordo com as instruções constantes na área do candidato, na página do concurso público.

13.5. Recursos que não estiverem bem fundamentados, com argumentação lógica e consistente elaborada pelo candidato, serão imediatamente indeferidos.

13.6. Não será admitido envio de documentos na interposição dos recursos, salvo disposição expressa contrária.

13.7. Nos casos de recursos contra gabaritos, o candidato deverá apresentar a fundamentação referente apenas à questão escolhida no sistema e acrescentar indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento, sob pena de indeferimento preliminar do recurso.

13.8. Serão indeferidos os recursos que:

a) Não estiverem devidamente fundamentados;

b) Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

c) Estiverem em desacordo com as especificações contidas neste edital;

d) Forem apresentados fora do prazo estabelecido;

e) Apresentarem no corpo da fundamentação outros objetos que não correspondem a modalidade do recurso selecionado;

f) Apresentarem contra terceiros;

g) Apresentarem em coletivo;

h) Apresentarem teor desrespeitoso;

i) Encaminhados por e-mail, fac-símile (fax), carta, correios, redes sociais *on-line* ou outra forma, não prevista neste edital;

j) Cujo teor esteja em documento anexo.

13.9. Caso a análise dos recursos resulte na anulação de item da prova objetiva, a respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem interposto recurso.

13.10. Na hipótese de anulação de questão, não será atribuída pontuação em duplicidade ao candidato que já houver obtido acerto conforme o gabarito preliminar.

13.11. Em caso de alteração do gabarito preliminar, somente fará jus à respectiva pontuação o candidato que tiver assinalado a alternativa considerada correta no gabarito oficial.

13.12. A Comissão Examinadora do IDCAP é a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual, em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de revisão de recursos.

13.13. As respostas a todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento do candidato que a recorreu.

13.14. Informações sobre alterações ou anulações de questões serão divulgadas no endereço eletrônico www.idcap.org.br.

13.15. Não serão aceitos pedidos de revisão de recursos, interposição de novos recursos sobre recursos já analisados, ou contra o gabarito oficial definitivo.

13.16. Não será admitido envio de documentos na interposição dos recursos, salvo disposição expressa contrária.

14. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

14.1. Será considerado aprovado no concurso público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação em cada etapa, nos termos deste edital.

14.2. A pontuação final será calculada da seguinte maneira, conforme etapas aplicadas ao cargo:

a) **Pontuação Final (PF) = Nota da Prova Objetiva (PO)**

14.3. Na hipótese de igualdade de nota entre os candidatos, para efeito de classificação final, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data de inscrição, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei

Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);

b) Obtido maior nota na prova objetiva;

c) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Conhecimentos Específicos;

d) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Noções de Administração Pública;

e) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Língua Portuguesa;

f) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Saúde Pública;

g) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Conhecimentos Locais do Município de Anchieta;

h) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Conhecimentos Gerais (*básico)*;

i) Obtido maior nota na prova objetiva, na disciplina de Matemática e Raciocínio Lógico;

j) Exercido a função de jurado em Tribunal do Júri, conforme o art. 440 do Código de Processo Penal;

k) Maior idade, considerando dia, mês e ano; - na data de inscrição;

l) Menor número de inscrição, considerando-se data e horário da realização da mesma.

14.4. Para fins do disposto nas alíneas "a" e "k" do item 14.3, será considerada a idade do candidato na data de inscrição deste edital, de forma a garantir isonomia entre os participantes e assegurar a regularidade do processamento dos resultados. Eventual aquisição superveniente da condição de maior idade após essa data não será considerada para fins de desempate.

14.5. Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça estaduais e regionais federais do país, relativos à função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir de 10 de agosto de 2008, data de entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

14.6. Para fins de verificação do critério mencionado no item anterior, os candidatos deverão fazer o envio eletrônico do documento comprobatório durante o período de inscrição.

14.7. O resultado final deste concurso público será feito da seguinte forma:

a) Resultado final da ampla concorrência: listando todos os candidatos aprovados, inclusive aqueles que tenham optado por concorrer às reservas de vagas, desde que classificados por critério de ampla concorrência;

b) Resultado final das reservas de vagas (cotistas): listando os candidatos aprovados em cada tipo de reserva de vagas, pessoas negras e pessoas com deficiência.

15. DA HOMOLOGAÇÃO, CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

15.1. O resultado final será homologado pela **Prefeitura Municipal de Anchieta/ES** mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMUNES.

15.2. Os candidatos aprovados em todas as etapas do certame e classificados no cadastro de reserva poderão ser nomeados, durante o prazo de validade do Concurso Público, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Pública.

15.3. Os candidatos aprovados no concurso público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer localidade do município de Anchieta/ES, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal.

15.4. A lotação dos candidatos aprovados e convocados será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta/ES, de acordo com os cargos a serem preenchidos.

15.5. O candidato, quando nomeado, deverá comprovar o atendimento a todas as exigências e apresentar a documentação prevista no pré-requisito do cargo, incluindo a conclusão do curso de formação inicial, concluído com aproveitamento e com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 11.350/2006 (exclusivamente para o cargo de Agente de Combate a Endemias).

15.5.1. A realização do curso de formação inicial será de inteira responsabilidade do candidato, o qual deverá realizar o referido curso disponibilizado no seguinte link:

a) Para o cargo de Agente de Combate às Endemias (ACE):
https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=29

15.6. O candidato que deixar de comprovar a conclusão do curso de formação inicial ou que não obtiver aprovação no referido curso ficará impedido de ser nomeado para o cargo.

15.7. Para todos os cargos do concurso público, os candidatos aprovados ficarão sujeitos aos exames médicos pré-admissionais e ao curso de formação (quando houver), necessários para os fins de provimento do cargo, antes da respectiva nomeação.

15.8. O candidato não poderá alegar desconhecimento da publicação de nomeação, sendo sua responsabilidade acompanhar, durante toda a validade deste concurso público, as publicações oficiais realizadas pela Prefeitura Municipal de Anchieta/ES, em seu sítio eletrônico e/ou Diário Oficial dos Municípios (https://ioes.dio.es.gov.br/dom).

15.9. É de exclusiva responsabilidade do candidato, desde a inscrição para o concurso público, a verificação da compatibilidade das atribuições do cargo e neste edital, a condição física pessoal para participação nas etapas do

certame e para o desempenho das atividades.

15.10. Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Anchieta/ES poderá solicitar outros documentos complementares.

15.11. No ato da posse, todos os requisitos especificados neste edital deverão ser comprovados mediante a apresentação de documentos originais e/ou cópias autenticadas.

15.12. Não será admitido o candidato que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, ou que não possuir, na data de nomeação para o cargo, os requisitos mínimos exigidos neste edital.

15.13. O candidato, quando nomeado, deverá apresentar-se ao local posteriormente divulgado pela Prefeitura Municipal de Anchieta/ES.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data da homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial.

16.2. Após a homologação do certame, as regras, os documentos, exames e demais requisitos necessários à contratação serão oportunamente definidos e divulgados pela Prefeitura Municipal de Anchieta/ES, mediante convocação própria, a ser publicada no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura.

16.3. Os candidatos aprovados e não classificados dentro do limite estabelecido para vagas imediatas estarão incluídos no cadastro de reserva, podendo ser convocados a critério da administração, por desistência e/ou eliminação de candidato aprovado nas vagas imediatas, durante a vigência do concurso público.

16.4. A aprovação e a classificação final no cadastro de reserva conferem ao candidato apenas a expectativa de direito à nomeação.

16.5. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, avisos e comunicados referentes a este concurso público.

16.6. Todos os atos oficiais relativos ao concurso público, **até o resultado final**, serão publicados no site oficial do IDCAP, www.idcap.org.br.

16.7. Todos os atos oficiais relativos ao concurso público, **após o resultado final**, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios – AMUNES (https://ioes.dio.es.gov.br/dom).

16.8. Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar e acompanhar rigorosamente as publicações a serem divulgadas no site do IDCAP www.idcap.org.br.

16.9. É responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do concurso público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para convocação, caso não seja localizado.

16.10. Os itens deste edital poderão ser alterados, atualizados ou complementados até a data da convocação dos candidatos para as fases correspondentes, desde que ainda não tenha ocorrido o evento a que se referem. Essa circunstância será comunicada por meio de edital ou aviso publicado oficialmente.

16.11. As despesas relacionadas à participação do candidato no certame, à sua apresentação para convocação e exercício, bem como à participação em evento de ambientação, serão de responsabilidade exclusiva do próprio candidato.

16.12. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do concurso público.

16.13. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativamente às notas de candidatos eliminados.

16.14. Legislações que entrem em vigor após a data de publicação deste edital, bem como alterações posteriores em dispositivos legais ou normativos, não serão consideradas para efeito de avaliação nas provas deste concurso público.

16.15. As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão do concurso público e pelo IDCAP, no que a cada um couber.

16.16. O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

16.17. Fazem parte deste edital os seus respectivos anexos, quais sejam:

Anexo I – Cronograma
Anexo II – Atribuições do cargo
Anexo III – Conteúdo programático
Anexo IV– Autodeclaração de família de baixa renda

Anchieta/ES, 05 de novembro de 2026.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeitura Municipal de Anchieta/ES

ANEXO I – CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do edital de abertura	**05/11/2026**
Período para impugnação contra o edital de abertura	06/11 e 07/11/2026
Resultado das impugnações contra o edital de abertura	17/11/2026
Período de inscrições	**18/11 a 14/12/2026**
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	18/11 a 19/11/2026
Período para solicitações de adaptações razoáveis/atendimento especial para prova/nome social/jurado	18/11 a 14/12/2026
Período para solicitação de inscrição e envio de documentação para concorrer às vagas reservadas	18/11 a 14/12/2026
Resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	30/11/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	01/12 a 02/12/2026
Resultado dos recursos contra indeferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição	10/12/2026
Resultado oficial das solicitações de isenção da taxa de inscrição	10/12/2026
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	**15/12/2026**
Resultado preliminar das inscrições deferidas	11/01/2027
Resultado preliminar das solicitações de adaptações razoáveis/atendimento especial para prova/nome social/jurado	11/01/2027
Resultado preliminar das solicitações de inscrição para vagas reservadas	11/01/2027
Período para recurso contra o indeferimento das inscrições	12/01 a 13/01/2027
Período para recurso contra o indeferimento das solicitações de adaptações razoáveis e atendimento especial para prova/nome social/jurado	12/01 a 13/01/2027
Período para recurso contra o indeferimento das solicitações de nome social	12/01 a 13/01/2027
Período para recurso contra o indeferimento das solicitações da condição de jurado	12/01 a 13/01/2027
Período para recurso contra o indeferimento das solicitações de inscrição para vagas reservadas	12/01 a 13/01/2027
Resultado dos recursos contra o indeferimento das inscrições	22/01/2027
Resultado dos recursos contra o indeferimento das solicitações de adaptações razoáveis e atendimento especial para prova/nome social/jurado	22/01/2027
Resultado dos recursos contra o indeferimento das solicitações de inscrição para vagas reservadas	22/01/2027
Resultado oficial das solicitações de adaptações razoáveis e atendimento especial para prova/nome social/jurado	22/01/2027
Resultado oficial das solicitações de inscrição para vagas reservadas	22/01/2027
Homologação das inscrições	22/01/2027
Quantitativo de candidatos por vagas	22/01/2027
Convocação dos candidatos e informações/locais para a realização da prova objetiva	**26/01/2027**
Realização da prova objetiva	**28/02/2027**
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	01/03/2027
Período para recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	02/03 a 03/03/2027
Resultado dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva	11/03/2027
Divulgação do gabarito oficial da prova objetiva	11/03/2027

O cronograma poderá sofrer eventuais alterações ou atualizações enquanto não consumada a providência ou o evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

Resultado preliminar da prova objetiva	11/03/2027
Período para recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	12/03 a 13/03/2027
Resultado dos recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/03/2027
Resultado oficial da prova objetiva	**23/03/2027**
Convocação para entrevista do procedimento de heteroidentificação	**09/04/2027**
Realização de entrevista do procedimento de heteroidentificação	**17/04 a 18/04/2027**
Resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação	29/04/2027
Resultado preliminar da realização da avaliação biopsicossocial	29/04/2027
Período para recurso contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação	30/04 a 01/05/2027
Período de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial	30/04 a 01/05/2027
Resultado dos recursos do procedimento de heteroidentificação	11/05/2027
Resultado dos recursos da avaliação biopsicossocial	11/05/2027
Resultado oficial do procedimento de heteroidentificação	11/05/2027
Resultado oficial da realização da avaliação biopsicossocial	11/05/2027
Resultado final do certame	**11/05/2027**

O cronograma poderá sofrer eventuais alterações ou atualizações enquanto não consumada a providência ou o evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO	
CARGO	**ATRIBUIÇÕES**
Agente de Combate a Endemias	Executar ações de vigilância, prevenção e controle de vetores e endemias (dengue, zika, chikungunya, esquistossomose e outras); Realizar visitas domiciliares para identificação e eliminação de focos de vetores; Aplicar larvicidas e demais insumos de controle vetorial, conforme protocolo técnico; Orientar a população sobre medidas de prevenção e controle de endemias; Realizar levantamento de índices de infestação predial e registrar dados em sistema de informação epidemiológica; Atuar em ações de bloqueio e resposta a surtos e epidemias, quando determinado; Executar outras tarefas correlatas.
Técnico de Enfermagem	Prestar cuidados de enfermagem a pacientes, sob supervisão do Enfermeiro, nas unidades de saúde municipais; Realizar procedimentos técnicos de enfermagem, tais como administração de medicamentos, curativos e verificação de sinais vitais; Participar de campanhas de imunização e demais ações de vigilância em saúde; Auxiliar em procedimentos de urgência e emergência, conforme protocolo técnico; Registrar em prontuário os procedimentos realizados e as intercorrências observadas; Zelar pela organização, limpeza e controle de materiais e equipamentos da unidade de saúde; Executar outras tarefas correlatas.
Técnico de Enfermagem Plantonista	Prestar cuidados de enfermagem a pacientes, sob supervisão do Enfermeiro, nas unidades de saúde municipais; Realizar procedimentos técnicos de enfermagem, tais como administração de medicamentos, curativos e verificação de sinais vitais; Participar de campanhas de imunização e demais ações de vigilância em saúde; Auxiliar em procedimentos de urgência e emergência, conforme protocolo técnico; Registrar em prontuário os procedimentos realizados e as intercorrências observadas; Zelar pela organização, limpeza e controle de materiais e equipamentos da unidade de saúde; Executar outras tarefas correlatas.
Técnico de Imobilização Ortopédica	Executar procedimentos de imobilização ortopédica (gessos, talas e órteses), conforme prescrição médica; Auxiliar o médico ortopedista em procedimentos de redução e imobilização de fraturas; Orientar pacientes sobre cuidados com imobilizações e sinais de alerta; Realizar a remoção de imobilizações ortopédicas, quando indicado; Zelar pela organização e controle de materiais e insumos de imobilização; Executar outras tarefas correlatas.
Técnico de Laboratório	Executar a coleta, o processamento e a análise técnica de amostras biológicas para exames laboratoriais; Operar e realizar a manutenção básica de equipamentos e instrumentos de laboratório; Realizar o controle de qualidade interno dos exames laboratoriais executados; Liberar resultados de exames sob supervisão do responsável técnico do laboratório; Zelar pelo cumprimento das normas de biossegurança e descarte de resíduos de serviços de saúde; Manter atualizados os registros técnicos e sistemas de informação laboratorial; Executar outras tarefas correlatas.
Técnico em Saúde Bucal	Executar procedimentos de educação em saúde bucal, incluindo escovação supervisionada, aplicação tópica de flúor e orientação de higiene oral individual e coletiva, conforme protocolos do Ministério da Saúde; Aplicar métodos de biossegurança e controle de infecção na equipe de saúde bucal, supervisionando a esterilização de instrumentais, desinfecção de superfícies e descarte de resíduos de serviços de saúde, conforme normas; Auxiliar o cirurgião-dentista em procedimentos clínicos e cirúrgicos odontológicos, preparando o ambiente, instrumentais e materiais necessários; Operar e manter equipamentos odontológicos (refletores, cadeiras, autoclaves, ultrassom, amalgamadores), realizando checagem diária de funcionamento e comunicando necessidades de manutenção; Gerenciar o estoque de materiais e insumos odontológicos da unidade de saúde, controlando consumo, validade e solicitando reposição tempestiva; Registrar procedimentos realizados em prontuário clínico e sistemas de informação em saúde (e-SUS, SIA/SUS), garantindo qualidade do dado, rastreabilidade e conformidade com a LGPD; Participar de ações coletivas e programas de promoção de saúde bucal em escolas, comunidades e unidades de saúde, incluindo campanhas de prevenção e detecção precoce de câncer bucal; Executar outras tarefas correlatas.

NÍVEL SUPERIOR

Cargo	ATRIBUIÇÕES
Dentista/Área 20H	Realizar diagnóstico, planejamento e tratamento odontológico especializado na rede municipal de saúde, em conformidade com a Política Nacional de Saúde Bucal e os protocolos clínicos vigentes; Executar procedimentos clínicos e cirúrgicos específicos de sua área de especialidade, incluindo tratamento de canal (Endodontia), atendimento odontológico infantil (Odontopediatria), tratamento de doenças periodontais (Periodontia), intervenções cirúrgicas bucomaxilofaciais (Cirurgia), reabilitação oral protética (Prótese) e restaurações complexas (Dentística), conforme a especialidade do profissional e a demanda do serviço; Prestar atendimento odontológico especializado a pacientes encaminhados pela Atenção Básica, composto por casos de média e alta complexidade que exigem conhecimento técnico científico aprofundado; Coordenar e supervisionar a equipe de saúde bucal na unidade de especialidade em que estiver lotado, orientando protocolos clínicos, biossegurança e fluxo de atendimento; Elaborar planos de tratamento individualizados, considerando aspectos clínicos, epidemiológicos e sociais do paciente, com ênfase em resolutionabilidade e integralidade do cuidado; Realizar atendimento de urgência e emergência odontológica na sua área de especialidade, garantindo acolhimento, estabilização do quadro e encaminhamento adequado quando necessário; Participar da elaboração, implementação e avaliação de protocolos assistenciais, diretrizes clínicas e fluxogramas de atendimento odontológico especializado no âmbito municipal; Integrar a rede de atenção à saúde, articulando o atendimento especializado, serviços hospitalares e de urgência, garantindo a continuidade do cuidado; Registrar procedimentos realizados em prontuário clínico e sistemas de informação em saúde (e-SUS, SIA/SUS), assegurando rastreabilidade, qualidade do dado e conformidade com a LGPD; Participar de ações de educação permanente e capacitação das equipes de saúde bucal da rede municipal, compartilhando conhecimento técnico-científico da sua especialidade; Cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção cruzada e descarte de resíduos de serviços de saúde, conforme normas e legislações correlatas; Executar outras tarefas correlatas.
Dentista/Área 40H	Realizar diagnóstico, planejamento e tratamento odontológico especializado na rede municipal de saúde, em conformidade com a Política Nacional de Saúde Bucal e os protocolos clínicos vigentes; Executar procedimentos clínicos e cirúrgicos específicos de sua área de especialidade, incluindo tratamento de canal (Endodontia), atendimento odontológico infantil (Odontopediatria), tratamento de doenças periodontais (Periodontia), intervenções cirúrgicas bucomaxilofaciais (Cirurgia), reabilitação oral protética (Prótese) e restaurações complexas (Dentística), conforme a especialidade do profissional e a demanda do serviço; Prestar atendimento odontológico especializado a pacientes encaminhados pela Atenção Básica, composto por casos de média e alta complexidade que exigem conhecimento técnico científico aprofundado; Coordenar e supervisionar a equipe de saúde bucal na unidade de especialidade em que estiver lotado, orientando protocolos clínicos, biossegurança e fluxo de atendimento; Elaborar planos de tratamento individualizados, considerando aspectos clínicos, epidemiológicos e sociais do paciente, com ênfase em resolutionabilidade e integralidade do cuidado; Realizar atendimento de urgência e emergência odontológica na sua área de especialidade, garantindo acolhimento, estabilização do quadro e encaminhamento adequado quando necessário; Participar da elaboração, implementação e avaliação de protocolos assistenciais, diretrizes clínicas e fluxogramas de atendimento odontológico especializado no âmbito municipal; Integrar a rede de atenção à saúde, articulando o atendimento especializado, serviços hospitalares e de urgência, garantindo a continuidade do cuidado; Registrar procedimentos realizados em prontuário clínico e sistemas de informação em saúde (e-SUS, SIA/SUS, entre outros), assegurando rastreabilidade, qualidade do dado e conformidade com a LGPD; Participar de ações de educação permanente e capacitação das equipes de saúde bucal da rede municipal, compartilhando conhecimento técnico-científico da sua especialidade; Cumprir as normas de biossegurança, controle de infecção cruzada e descarte de resíduos de serviços de saúde, conforme normas e legislações correlatas; Executar outras tarefas correlatas.
Enfermeiro	Prestar assistência de enfermagem integral ao usuário nas unidades de saúde, domicílio e demais equipamentos da rede municipal; Coordenar e supervisionar a equipe de enfermagem (técnicos de enfermagem) sob sua responsabilidade; Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames

	complementares e prescrever medicamentos conforme protocolos do Ministério da Saúde; Planejar, executar e avaliar ações de imunização, saúde da mulher, da criança e do idoso e demais programas estratégicos; Participar do planejamento e da gestão da unidade de saúde e das equipes de Atenção Básica ou Especializada; Notificar agravos e doenças de notificação compulsória à vigilância epidemiológica; Executar outras tarefas correlatas.
Enfermeiro Plantonista	Prestar assistência de enfermagem integral ao usuário nas unidades de saúde, domicílio e demais equipamentos da rede municipal; Coordenar e supervisionar a equipe de enfermagem (técnicos de enfermagem) sob sua responsabilidade; Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicamentos conforme protocolos do Ministério da Saúde; Planejar, executar e avaliar ações de imunização, saúde da mulher, da criança e do idoso e demais programas estratégicos; Participar do planejamento e da gestão da unidade de saúde e das equipes de Atenção Básica ou Especializada; Notificar agravos e doenças de notificação compulsória à vigilância epidemiológica; Executar outras tarefas correlatas.
Farmacêutico	Responder tecnicamente pela farmácia e pelo ciclo de Assistência Farmacêutica municipal (seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos); Realizar a dispensação de medicamentos, com orientação farmacêutica ao usuário; Supervisionar o armazenamento e o controle de medicamentos sujeitos a controle especial; Elaborar relatórios técnicos e indicadores de consumo e desabastecimento de medicamentos; Participar da Comissão de Farmácia e Terapêutica e de protocolos clínicos municipais; Apoiar ações de farmacovigilância e uso racional de medicamentos; Executar outras tarefas correlatas.
Farmacêutico Plantonista	Responder tecnicamente pela farmácia e pelo ciclo de Assistência Farmacêutica municipal (seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos); Realizar a dispensação de medicamentos, com orientação farmacêutica ao usuário; Supervisionar o armazenamento e o controle de medicamentos sujeitos a controle especial; Elaborar relatórios técnicos e indicadores de consumo e desabastecimento de medicamentos; Participar da Comissão de Farmácia e Terapêutica e de protocolos clínicos municipais; Apoiar ações de farmacovigilância e uso racional de medicamentos; Executar outras tarefas correlatas.
Médico Especialista/Área – Cardiologia	Realizar atendimento médico especializado ambulatorial na sua área de especialidade; Emitir diagnósticos, solicitar e interpretar exames complementares e prescrever tratamentos na sua especialidade; Encaminhar e receber referência e contra referência de pacientes conforme fluxo da rede de atenção à saúde; Participar de discussões clínicas e protocolos assistenciais da especialidade; Elaborar laudos, pareceres e relatórios médicos dentro de sua área de atuação; Executar outras tarefas correlatas.
Médico - Clínico	Realizar atenção integral à saúde da população Abrangente à Estratégia Saúde da Família (ESF), em regime de dedicação exclusiva de 40 horas semanais; Realizar consultas clínicas, visitas domiciliares e atividades de promoção e prevenção em saúde; Coordenar clinicamente a equipe multiprofissional da unidade de ESF; Executar ações programáticas (saúde da criança, da mulher, do idoso, hipertensão, diabetes, entre outras); Encaminhar usuários para atenção especializada, garantindo a continuidade do cuidado; Notificar agravos e doenças de notificação compulsória à vigilância epidemiológica; Executar outras tarefas correlatas.
Médico Especialista/Área – Ginecologia	Realizar atendimento médico especializado ambulatorial na sua área de especialidade; Emitir diagnósticos, solicitar e interpretar exames complementares e prescrever tratamentos na sua especialidade; Encaminhar e receber referência e contra referência de pacientes conforme fluxo da rede de atenção à saúde; Participar de discussões clínicas e protocolos assistenciais da especialidade; Elaborar laudos, pareceres e relatórios médicos dentro de sua área de atuação; Executar outras tarefas correlatas.
Médico Especialista/Área – Ortopedia	Realizar atendimento médico especializado ambulatorial na sua área de especialidade; Emitir diagnósticos, solicitar e interpretar exames complementares e prescrever tratamentos na sua especialidade; Encaminhar e receber referência e contra referência de pacientes conforme fluxo da rede de atenção à saúde; Participar de discussões clínicas e protocolos assistenciais da especialidade; Elaborar laudos, pareceres e relatórios médicos dentro de sua área de atuação; Executar outras tarefas correlatas.

Médico Especialista/Área – Pediatria	Realizar atendimento médico especializado ambulatorial na sua área de especialidade; Emitir diagnósticos, solicitar e interpretar exames complementares e prescrever tratamentos na sua especialidade; Encaminhar e receber referência e contra referência de pacientes conforme fluxo da rede de atenção à saúde; Participar de discussões clínicas e protocolos assistenciais da especialidade; Elaborar laudos, pareceres e relatórios médicos dentro de sua área de atuação; Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referenciação, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual. 5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo. 6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, sinais de pontuação e relações de coordenação entre orações e termos da oração. 7. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 8. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação. 9. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal e colocação pronominal. 10. Figuras de linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas. 2. Números decimais e fracionários: operações e aplicações. 3. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). 4. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta. 5. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos. 6. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus. 7. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações). 8. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas. 9. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera). 10. Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras. 11. Análise combinatória simples e noções de probabilidade. 12. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos. 13. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas.

3. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração Pública na Constituição Federal de 1988 (arts. 37 a 41): princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência); concurso público; acumulação de cargos; estabilidade e estágio probatório. 2. Noções de organização da Administração Pública: Administração Direta e Indireta; agentes públicos e servidores públicos. 3. Noções de atos administrativos: conceito, requisitos e formas de extinção (anulação e revogação). 4. Responsabilidade civil do Estado (Constituição Federal de 1988, art. 37, § 6º). 5. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 27/2012 e alterações): direitos, deveres, proibições e penalidades. 6. Processo administrativo no Município de Anchieta/ES (Lei Municipal nº 1.561/2022): direitos e deveres do administrado, prazos e recursos. 7. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações): atos de improbidade e sanções. 8. Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011): transparência e pedido de acesso à informação. 9. Proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): conceitos básicos, princípios e direitos do titular dos dados.

Legislação de referência:

1. Constituição Federal de 1988, arts. 37 a 41 (Administração Pública e servidores públicos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei Complementar Municipal nº 27/2012 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES: https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C272012.html
3. Lei Municipal nº 1.561/2022 – Processo Administrativo no Município de Anchieta/ES: https://anchieta.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L15612022.pdf
4. Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm
5. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
6. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

4. SAÚDE PÚBLICA

1. Processo saúde-doença, determinantes sociais da saúde, promoção da saúde e prevenção de agravos; Reforma Sanitária e criação do SUS. 2. A saúde na Constituição Federal de 1988 (arts. 196 a 200). 3. Lei nº 8.080/1990 e alterações: princípios e diretrizes, organização, direção e gestão do SUS e competências das esferas de governo. 4. Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e transferências intergovernamentais de recursos. 5. Decreto nº 7.508/2011: organização do SUS, Regiões de Saúde, Portas de Entrada e articulação interfederativa. 6. Política Nacional de Atenção Básica (Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017): princípios, diretrizes e Estratégia Saúde da Família. 7. Redes de Atenção à Saúde: conceito e componentes (Anexo I da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017). 8. Política Nacional de Promoção da Saúde (Anexo I da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017) e Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). 9. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, principais indicadores de saúde e imunização; notificação compulsória (Lei nº 6.259/1975) e Lista Nacional de Notificação Compulsória (Anexo 1 do Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 e suas atualizações).

Links das normas citadas:

1. Constituição Federal de 1988 – arts. 196 a 200 (Título VIII, Capítulo II, Seção II – Da Saúde): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e alterações: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
3. Lei nº 8.142/1990 (participação da comunidade e transferências intergovernamentais na Saúde): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
4. Decreto nº 7.508/2011 (regulamenta a Lei nº 8.080/1990): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm
5. Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017 – Anexo I (Política Nacional de Promoção da Saúde) e Anexo XXII (Política Nacional de Atenção Básica): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html
6. Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017 – Anexo I (Rede de Atenção à Saúde): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html
7. Lei nº 6.259/1975 (vigilância epidemiológica e notificação compulsória): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6259.htm
8. Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 – Anexo 1 do Anexo V (Lista Nacional de Notificação Compulsória) e suas atualizações: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html

5. CONHECIMENTOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA (ART.30-A da Lei Municipal 1.045/2015)

1. História local: origem e formação do município, colonização italiana, emancipação política e divisão administrativa (distritos de Anchieta, Jabaquara e Alto Pongal). 2. Geografia local: localização, limites e aspectos físicos do território; organização político-administrativa; aspectos populacionais e ambientais. 3. Política local: organização dos Poderes Executivo e Legislativo; Lei Orgânica do Município; estrutura administrativa da Prefeitura e da Câmara Municipal; Plano Diretor e participação social. 4. Economia local: principais atividades econômicas (mineração, turismo, pesca, agricultura e pecuária); arrecadação municipal; indicadores socioeconômicos do município.

6. CONHECIMENTOS GERAIS (*conhecimento básico)*

1. Noções de cidadania e formação para a vida em sociedade. 2. Noções básicas sobre democracia e participação social. 3. Costumes e tradições brasileiras. 4. Atualidades: conhecimentos relevantes do cenário cultural, político, econômico e social do Brasil e do mundo, amplamente divulgados nos últimos dois anos pelos meios de comunicação.

7. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

7.1. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

1. Noções de epidemiologia: cadeia de transmissão de doenças; conceitos de endemia, epidemia e surto. 2. Arboviroses (dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e esquistossomose: transmissão, sinais e sintomas, prevenção e controle. 3. Biologia dos vetores e hospedeiros: *Aedes aegypti* (ciclo de vida, hábitos e principais criadouros); caramujo do gênero *Biomphalaria* na transmissão da esquistossomose. 4. Vigilância e controle vetorial: reconhecimento geográfico; visita

domiciliar e inspeção de depósitos; pontos estratégicos; eliminação de criadouros; aplicação de larvicidas; Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAa); índice de infestação predial; bloqueio de transmissão em surtos e epidemias; uso de equipamentos de proteção individual. 5. Educação em saúde: orientação à população sobre prevenção e controle de endemias; atuação integrada com o Agente Comunitário de Saúde no território. 6. Exercício profissional: atribuições do Agente de Combate às Endemias (Lei nº 11.350/2006 e alterações); medidas de controle do mosquito transmissor (Lei nº 13.301/2016); registro de visitas e dados em sistemas de informação.

Legislação de referência:

1. Lei nº 11.350/2006 e alterações (Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11350.htm
2. Lei nº 13.301/2016 (medidas de vigilância em saúde relativas ao mosquito transmissor de dengue, chikungunya e zika): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13301.htm
3. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial (Ministério da Saúde, 2025): https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/diretrizes-nacionais-para-prevencao-e-controle-das-arboviroses-urbanas-vigilancia-entomologica-e-controle-vetorial.pdf
4. Diretriz Nacional para Atuação Integrada dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde no Território (Ministério da Saúde, 2025): https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia-ambiental/diretriz-nacional-para-atuacao-dos-ace-e-acs-no-territorio.pdf

7.2. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições do Técnico de Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto do paciente, mudança de decúbito, prevenção de lesões por pressão, curativos, coleta de materiais para exames e registros de enfermagem. 3. Administração de medicamentos: vias de administração, cálculo de dosagens e gotejamento, preparo e cuidados para uma administração segura. 4. Biossegurança e controle de infecção: higienização das mãos, precauções padrão, uso de EPI, limpeza, desinfecção e esterilização de materiais, descarte de resíduos e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32). 5. Técnicas de vacinação: Calendário Nacional de Vacinação, preparo e administração de vacinas, conservação e rede de frio. 6. Assistência de enfermagem nas principais condições de saúde: hipertensão, diabetes, doenças transmissíveis e cuidados à saúde da criança, da mulher, do adulto e do idoso. 7. Noções de primeiros socorros e atendimento de urgência e emergência. 8. Segurança do paciente, acolhimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.3. TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições do Técnico de Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto do paciente, mudança de decúbito, prevenção de lesões por pressão, curativos, coleta de materiais para exames e registros de enfermagem. 3. Administração de medicamentos: vias de administração, cálculo de dosagens e gotejamento, preparo e cuidados para uma administração segura. 4. Biossegurança e controle de infecção: higienização das mãos, precauções padrão, uso de EPI, limpeza, desinfecção e esterilização de materiais, descarte de resíduos e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32). 5. Técnicas de vacinação: Calendário Nacional de Vacinação, preparo e administração de vacinas, conservação e rede de frio. 6. Assistência de enfermagem nas principais condições de saúde: hipertensão, diabetes, doenças transmissíveis e cuidados à saúde da

criança, da mulher, do adulto e do idoso. 7. Noções de primeiros socorros e atendimento de urgência e emergência. 8. Segurança do paciente, acolhimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.4. TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

1. Anatomia e fisiologia do sistema musculoesquelético: ossos, articulações, músculos e ligamentos; consolidação óssea; terminologia ortopédica. 2. Noções de traumatologia: fraturas (tipos e classificação), fraturas expostas, luxações, entorses e lesões de partes moles; imobilização provisória e transporte do paciente com suspeita de fratura. 3. Materiais e instrumental: gesso convencional e sintético; reação exotérmica do gesso; malha tubular, algodão ortopédico, ataduras e talas; órteses; serra elétrica oscilatória e demais instrumentais; preparo, armazenamento e conservação. 4. Técnicas de imobilização conforme prescrição médica: talas gessadas; aparelhos gessados circulares de membros superiores e inferiores; tipoias, enfaixamentos e bandagens; imobilização de dedos; posicionamento articular adequado; particularidades em crianças e idosos. 5. Trações e auxílio ao médico ortopedista: trações cutâneas; auxílio em trações esqueléticas e em manobras de redução incruenta de fraturas e luxações; preparo da sala e do paciente. 6. Complicações, retirada e orientação: síndrome compartimental, compressão vascular e nervosa, lesões de pele e rigidez articular; sinais de alerta; técnicas de retirada de imobilizações; orientação ao paciente e à família sobre cuidados e conservação do aparelho. 7. Biossegurança e prática profissional: precauções padrão e equipamentos de proteção individual; limpeza e desinfecção de instrumentais; resíduos de serviços de saúde; riscos ocupacionais e NR-32; ética profissional e sigilo; trabalho em equipe; registro de procedimentos; organização da sala de imobilização e controle de materiais e insumos.

Legislação de referência:

1. NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (Portaria MTE nº 485/2005 e alterações): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2005/portaria_485_aprova_nr_32.pdf
2. RDC Anvisa nº 222/2018 (Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

7.5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO

1. Organização do laboratório de análises clínicas: setores, equipamentos (microscópio, centrífuga, estufa, autoclave, banho-maria, espectrofotômetro e analisadores automatizados), vidrarias, calibração, conservação e controle de qualidade; funcionamento dos serviços de exames de análises clínicas (RDC Anvisa nº 978/2025). 2. Fase pré-analítica: preparo do paciente, coleta de sangue, urina, fezes e secreções, identificação, transporte, conservação e critérios de rejeição de amostras. 3. Preparo de soluções, reagentes e meios de cultura: unidades de medida, diluições e cálculos básicos. 4. Bioquímica: princípios das dosagens e da fotometria; dosagens de rotina (glicose, ureia, creatinina, colesterol, triglicerídeos e enzimas). 5. Microbiologia e bacteriologia: noções de bactérias, fungos e vírus; bacterioscopia (colorações de Gram e de Ziehl-Neelsen); meios de cultura, semeadura e isolamento; noções de identificação bacteriana e antibiograma; cultura de urina (urocultura). 6. Hematologia e imuno-hematologia: hemograma, esfregaço sanguíneo, tipagem ABO e Rh e provas de coagulação. 7. Urinálise, parasitologia e imunologia: exame de urina de rotina, exame parasitológico de fezes, testes sorológicos e testes rápidos. 8. Biossegurança: níveis de biossegurança, uso de EPI e EPC, limpeza, desinfecção e esterilização, descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018) e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32); ética, sigilo e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. RDC Anvisa nº 978/2025 (Serviços de exames de análises clínicas): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000978&seqAto=000&valorAno=2025&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
2. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seqAto=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
3. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.6. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1. Exercício profissional do Técnico em Saúde Bucal: competências, vedações e trabalho sob supervisão do cirurgião-dentista (Lei nº 11.889/2008); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações). 2. Anatomia e fisiologia da cavidade bucal: dentições decídua e permanente, notação dentária e estruturas de suporte. 3. Cárie dentária e doença periodontal: causas, prevenção e controle do biofilme; técnicas de escovação e uso do fio dental. 4. Procedimentos preventivos e educativos: aplicação tópica de flúor, selantes, remoção de cálculo supragengival, escovação supervisionada e educação em saúde bucal individual e coletiva. 5. Instrumentais e materiais odontológicos: identificação, manipulação, inserção e acabamento de materiais restauradores, sob supervisão. 6. Biossegurança: precauções padrão, uso de EPI, processamento de artigos (limpeza, desinfecção e esterilização) e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 15/2012). 7. Noções de radiologia odontológica: técnicas, processamento de radiografias e proteção radiológica. 8. Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023) e atribuições da equipe de Saúde Bucal; ética no atendimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 11.889/2008 (Profissões de Técnico e Auxiliar em Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11889.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://site.crosp.org.br/uploads/etica/d7298aa38d661434f465bd376ec1470d.pdf
3. RDC Anvisa nº 15/2012 (Processamento de produtos para saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000015&seqAto=000&valorAno=2012&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm

7.07. DENTISTA/ ÁREA 20H e 40H

1. Diagnóstico e estomatologia: anamnese e exame clínico; semiologia da cavidade bucal; lesões e alterações de cabeça e pescoço; câncer bucal e lesões potencialmente malignas; exames complementares e radiologia odontológica. 2. Clínica odontológica: cariologia e dentística restauradora; periodontia; endodontia; cirurgia oral menor; prótese e reabilitação oral; odontopediatria; atendimento a pacientes com necessidades especiais. 3. Urgência e emergência: urgências odontológicas (dor, infecção, trauma dental e hemorragia); emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; farmacologia e terapêutica medicamentosa em odontologia. 4. Biossegurança: controle de infecção no consultório odontológico; precauções padrão; limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais; resíduos de serviços de saúde. 5. Saúde bucal coletiva: Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); promoção e prevenção em saúde bucal; uso de fluoretos; educação em saúde; epidemiologia em saúde bucal e levantamentos epidemiológicos; atribuições do cirurgião-dentista na equipe de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família; Centros de Especialidades Odontológicas. 6. Vigilância sanitária e saúde do trabalhador em odontologia: inspeção sanitária de serviços odontológicos; riscos ocupacionais na prática odontológica; Código Sanitário do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.083/1998). 7. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações).

Legislação de referência:

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Resolução CFO nº 271/2025 (altera o Código de Ética Odontológica): https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2025/271
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
5. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

7.08. ENFERMEIRO

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições privativas do enfermeiro e da equipe de enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Processo de Enfermagem: etapas, teorias de enfermagem, diagnósticos, prescrição, evolução e registros (Resolução Cofen nº 736/2024). 3. Gerenciamento dos serviços de enfermagem: planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação; dimensionamento de pessoal, escalas, liderança, educação permanente, indicadores de qualidade e protocolos assistenciais. 4. Segurança do paciente: metas internacionais, notificação de eventos adversos e núcleo de segurança do paciente (RDC Anvisa nº 36/2013). 5. Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência: precauções padrão e específicas, processamento de artigos e biossegurança; saúde do trabalhador de enfermagem e acidentes com material biológico (NR-32). 6. Fundamentos e semiologia de enfermagem: exame físico, procedimentos técnicos, administração de medicamentos, cálculo de dosagens, cuidados com feridas e curativos. 7. Consulta de enfermagem e assistência à saúde da criança e do adolescente, da mulher (pré-natal, parto, puerpério e planejamento reprodutivo), do adulto e da pessoa idosa. 8. Assistência de enfermagem nas doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e transmissíveis (tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis e arboviroses). 9. Gerenciamento da sala de vacinação: técnicas de vacinação, Calendário Nacional de Vacinação, rede de frio e eventos supostamente atribuíveis à vacinação. 10. Assistência de enfermagem em urgência e emergência, suporte básico de vida e cuidados ao paciente clínico e cirúrgico; saúde mental e cuidado em rede.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Resolução Cofen nº 736/2024 (Processo de Enfermagem): https://cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Resolucao-736-2024.pdf
5. RDC Anvisa nº 36/2013 (Segurança do paciente em serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000036&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.09. ENFERMEIRO PLANTONISTA

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições privativas do enfermeiro e da equipe de enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Processo de Enfermagem: etapas, teorias de enfermagem, diagnósticos, prescrição, evolução e registros (Resolução Cofen nº 736/2024). 3. Gerenciamento dos serviços de enfermagem: planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação; dimensionamento de pessoal, escalas, liderança, educação permanente, indicadores de qualidade e protocolos

assistenciais. 4. Segurança do paciente: metas internacionais, notificação de eventos adversos e núcleo de segurança do paciente (RDC Anvisa nº 36/2013). 5. Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência: precauções padrão e específicas, processamento de artigos e biossegurança; saúde do trabalhador de enfermagem e acidentes com material biológico (NR-32). 6. Fundamentos e semiologia de enfermagem: exame físico, procedimentos técnicos, administração de medicamentos, cálculo de dosagens, cuidados com feridas e curativos. 7. Consulta de enfermagem e assistência à saúde da criança e do adolescente, da mulher (pré-natal, parto, puerpério e planejamento reprodutivo), do adulto e da pessoa idosa. 8. Assistência de enfermagem nas doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e transmissíveis (tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis e arboviroses). 9. Gerenciamento da sala de vacinação: técnicas de vacinação, Calendário Nacional de Vacinação, rede de frio e eventos supostamente atribuíveis à vacinação. 10. Assistência de enfermagem em urgência e emergência, suporte básico de vida e cuidados ao paciente clínico e cirúrgico; saúde mental e cuidado em rede.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Resolução Cofen nº 736/2024 (Processo de Enfermagem): https://cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Resolucao-736-2024.pdf
5. RDC Anvisa nº 36/2013 (Segurança do paciente em serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000036&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.10. FARMACÊUTICO

1. Exercício profissional farmacêutico: farmácia como unidade de prestação de assistência farmacêutica e responsabilidade técnica (Lei nº 13.021/2014); Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 724/2022). 2. Assistência Farmacêutica no SUS: Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338/2004); ciclo da assistência farmacêutica; RENAME e componentes básico, estratégico e especializado. 3. Gestão da farmácia: coordenação da equipe, organização do serviço, controle de estoque, inventário e indicadores. 4. Armazenamento e conservação de medicamentos: condições ambientais, termolábeis e cadeia de frio, controle de validade e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018). 5. Dispensação e boas práticas farmacêuticas (RDC Anvisa nº 44/2009); medicamentos de referência, genéricos e similares; controle sanitário do comércio de medicamentos (Lei nº 5.991/1973). 6. Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações) e antimicrobianos (RDC Anvisa nº 471/2021): receituário, escrituração e guarda. 7. Farmacologia: farmacocinética, farmacodinâmica e principais classes terapêuticas. 8. Cuidado farmacêutico e uso racional de medicamentos: orientação e acompanhamento farmacoterapêutico, adesão ao tratamento, interações medicamentosas, reações adversas, farmacovigilância e erros de medicação.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 13.021/2014 (Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm
2. Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Ética Farmacêutica): https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf
3. Resolução CNS nº 338/2004 (Política Nacional de Assistência Farmacêutica): https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2004/resolucao-no-338.pdf
4. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seq

Ato=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
5. RDC Anvisa nº 44/2009 (Boas Práticas Farmacêuticas):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000044&seqAto=000&valorAno=2009&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Lei nº 5.991/1973 (Controle sanitário do comércio de medicamentos):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm
7. Portaria SVS/MS nº 344/1998 (Medicamentos sujeitos a controle especial):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=POR&numeroAto=00000344&seqAto=000&valorAno=1998&orgao=SVS/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
8. RDC Anvisa nº 471/2021 (Antimicrobianos):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000471&seqAto=000&valorAno=2021&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

7.11. FARMACÊUTICO PLANTONISTA

1. Exercício profissional farmacêutico: farmácia como unidade de prestação de assistência farmacêutica e responsabilidade técnica (Lei nº 13.021/2014); Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 724/2022). 2. Assistência Farmacêutica no SUS: Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338/2004); ciclo da assistência farmacêutica; RENAME e componentes básico, estratégico e especializado. 3. Gestão da farmácia: coordenação da equipe, organização do serviço, controle de estoque, inventário e indicadores. 4. Armazenamento e conservação de medicamentos: condições ambientais, termolábeis e cadeia de frio, controle de validade e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018). 5. Dispensação e boas práticas farmacêuticas (RDC Anvisa nº 44/2009); medicamentos de referência, genéricos e similares; controle sanitário do comércio de medicamentos (Lei nº 5.991/1973). 6. Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações) e antimicrobianos (RDC Anvisa nº 471/2021): receituário, escrituração e guarda. 7. Farmacologia: farmacocinética, farmacodinâmica e principais classes terapêuticas. 8. Cuidado farmacêutico e uso racional de medicamentos: orientação e acompanhamento farmacoterapêutico, adesão ao tratamento, interações medicamentosas, reações adversas, farmacovigilância e erros de medicação.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 13.021/2014 (Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm
2. Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Ética Farmacêutica):
https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf
3. Resolução CNS nº 338/2004 (Política Nacional de Assistência Farmacêutica): https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2004/resolucao-no-338.pdf
4. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seqAto=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
5. RDC Anvisa nº 44/2009 (Boas Práticas Farmacêuticas):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000044&seqAto=000&valorAno=2009&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Lei nº 5.991/1973 (Controle sanitário do comércio de medicamentos):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm
7. Portaria SVS/MS nº 344/1998 (Medicamentos sujeitos a controle especial):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=POR&numeroAto=00000344&seq

Ato=000&valorAno=1998&orgao=SVS/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

8. RDC Anvisa nº 471/2021 (Antimicrobianos): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000471&seqAto=000&valorAno=2021&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

7.12. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - CARDIOLOGISTA

1. Propedêutica cardiovascular: anamnese e exame físico; eletrocardiograma; radiografia de tórax; ecocardiograma; teste ergométrico; Holter, MAPA e MRPA; indicações de cintilografia miocárdica, angiotomografia e cateterismo cardíaco; biomarcadores cardíacos. 2. Hipertensão arterial: diagnóstico, estratificação de risco e tratamento; hipertensão secundária e resistente; crise hipertensiva. 3. Dislipidemias e prevenção cardiovascular: estratificação do risco cardiovascular; metas e tratamento; controle de fatores de risco (diabetes, obesidade e tabagismo). 4. Doença arterial coronariana: doença coronariana crônica; síndromes coronarianas agudas; prevenção secundária. 5. Insuficiência cardíaca e cardiomiopatias: classificação, diagnóstico e tratamento; miocardites; cardiopatia chagásica. 6. Arritmias cardíacas: fibrilação atrial e anticoagulação; bradiarritmias e taquiarritmias; síncope; acompanhamento de portadores de marcapasso e cardiodesfibrilador. 7. Outras condições cardiovasculares: valvopatias e febre reumática; endocardite infecciosa; doenças do pericárdio; tromboembolismo pulmonar; cardiopatia na gestação; avaliação cardiovascular perioperatória. 8. Exercício profissional: Código de Ética Médica; Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013); elaboração de laudos, pareceres e relatórios médicos; referência e contrarreferência; protocolos assistenciais da especialidade.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025 (SBC, SBN e SBH): https://www.scielo.br/j/abc/a/BXT7Vk4B9VKQnJFsJhgJ4Hn/?lang=pt
4. Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2025 (SBC): https://www.scielo.br/j/abc/a/tRJrwGzKX6C4GvMqdJpZcGk/?lang=pt

7.13. MÉDICO - CLÍNICO

1. Atenção Primária à Saúde: atributos da APS (primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado); método clínico centrado na pessoa; abordagem familiar e comunitária; rastreamento e prevenção quaternária; atenção domiciliar. 2. Doenças crônicas: hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, obesidade e doença renal crônica; estratificação do risco cardiovascular; acompanhamento e adesão ao tratamento. 3. Doenças respiratórias e infecciosas: asma, DPOC e pneumonias; tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis, HIV e hepatites virais; arboviroses; parasitoses intestinais. 4. Saúde da mulher: pré-natal de baixo risco e puerpério; planejamento reprodutivo; rastreamento dos cânceres de colo do útero e de mama; climatério. 5. Saúde da criança e do adolescente: puericultura, crescimento e desenvolvimento; aleitamento materno; Calendário Nacional de Vacinação; doenças prevalentes na infância. 6. Saúde do idoso e saúde mental: avaliação multidimensional da pessoa idosa, polifarmácia e prevenção de quedas; depressão, ansiedade, uso de álcool e outras drogas e avaliação do risco de suicídio. 7. Urgências e emergências na APS: atendimento inicial e suporte de vida; dor torácica, crise hipertensiva, crise asmática, hipoglicemia e anafilaxia; estabilização e encaminhamento. 8. Exercício profissional: Código de Ética Médica; Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013); documentos médicos (prontuário, receituário, atestado e declaração de óbito); coordenação clínica da equipe multiprofissional; encaminhamento à atenção especializada com referência e contrarreferência.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf

7.16. MÉDICO - GINECOLOGISTA

1. Exercício profissional da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações); sigilo e consentimento no atendimento ginecológico. 2. Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino;

ciclo menstrual e seus distúrbios; propedêutica ginecológica. 3. Planejamento reprodutivo: métodos contraceptivos, indicações, contraindicações e esterilização cirúrgica (Lei nº 9.263/1996). 4. Infecções genitais e infecções sexualmente transmissíveis: vulvovaginites, cervicites, doença inflamatória pélvica; abordagem sindrômica. 5. Rastreamento e prevenção do câncer do colo do útero e do câncer de mama: citologia, colposcopia, exames de imagem e condutas. 6. Patologias benignas e malignas do útero, dos ovários e das mamas; miomatose, endometriose e massas anexiais. 7. Endocrinologia ginecológica: amenorreias, sangramento uterino anormal, síndrome dos ovários policísticos, hiperprolactinemia e infertilidade. 8. Climatério e menopausa: alterações, terapia hormonal e prevenção da osteoporose. 9. Uroginecologia: incontinência urinária e distopias genitais; dor pélvica crônica. 10. Atendimento à mulher em situação de violência sexual (Lei nº 12.845/2013); noções de pré-natal de baixo risco e de urgências ginecológicas.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 9.263/1996 (Planejamento familiar): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm
4. Lei nº 12.845/2013 (Atendimento obrigatório a pessoas em situação de violência sexual): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm

7.14. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - ORTOPEDISTA

1. Bases da ortopedia: anatomia e biomecânica do sistema musculoesquelético; semiologia ortopédica; exames de imagem (radiografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética); consolidação óssea. 2. Traumatologia: atendimento inicial ao politraumatizado; fraturas e luxações dos membros superiores, membros inferiores, coluna e pelve; fraturas na criança; complicações das fraturas (síndrome compartimental, embolia gordurosa, pseudartrose e infecção); imobilizações e princípios de tratamento conservador e cirúrgico. 3. Ortopedia pediátrica: displasia do desenvolvimento do quadril; pé torto congênito; doença de Legg-Calvé-Perthes; epifisiólise; deformidades angulares e torcionais dos membros inferiores; escoliose. 4. Ortopedia do adulto e do idoso: lombalgia, cervicalgia e hérnia discal; doenças degenerativas articulares e osteoartrose; osteoporose e fraturas por fragilidade; tendinopatias, bursites e síndromes compressivas; lesões ligamentares e meniscais; afecções do ombro, cotovelo, punho, mão, quadril, joelho, tornozelo e pé. 5. Infecções, tumores e doenças sistêmicas: osteomielite e artrite séptica; tumores ósseos benignos e malignos; manifestações musculoesqueléticas das doenças reumatológicas e metabólicas. 6 Saúde pública e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção especializada, referência e contrarreferência; apoio matricial à atenção básica; vigilância em saúde e notificação compulsória de doenças. 7. Exercício profissional: exercício da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018); prontuário, prescrição e documentos médicos.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

7.15. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - PEDIATRA

1. Exercício profissional da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações); direitos da criança e do adolescente, proteção contra violência e maus-tratos (Lei nº 8.069/1990). 2. Puericultura: crescimento e desenvolvimento, avaliação nutricional, marcos do desenvolvimento neuropsicomotor e consulta de acompanhamento da criança. 3. Alimentação da criança: aleitamento materno, alimentação complementar e distúrbios nutricionais (desnutrição, obesidade, anemias carenciais e hipovitaminoses). 4. Neonatologia: atendimento ao recém-nascido, triagens neonatais, icterícia, infecções congênitas e prematuridade. 5. Vacinação na criança: indicações, contraindicações e eventos adversos. 6. Doenças infecciosas na infância: infecções respiratórias, doenças exantemáticas, diarreia aguda e desidratação, parasitoses intestinais, infecção urinária, meningites e arboviroses. 7. Doenças respiratórias e alérgicas: asma, bronquiolite, pneumonias e rinites. 8. Doenças crônicas e condições comuns na infância e adolescência: anemias, doenças cardíacas, renais, neurológicas (convulsões e epilepsia) e endocrinológicas (diabetes e baixa estatura). 9. Saúde do adolescente: crescimento, puberdade, sexualidade, saúde mental e uso de substâncias. 10. Urgências e emergências pediátricas: suporte básico e avançado de vida, choque, desidratação grave, intoxicações, acidentes e traumas;

farmacologia aplicada à pediatria.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm